

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

GABRIEL NEVES CASTRO

As Relações Públicas como ferramenta de manutenção no Neoliberalismo: um estudo de caso sobre a comunicação da nova previdência.

São Paulo

2022

GABRIEL NEVES CASTRO

As Relações Públicas como ferramenta de manutenção no Neoliberalismo: um estudo de caso sobre a comunicação da nova previdência.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de
graduação de Bacharelado em Relações Públicas
apresentado ao Departamento de Relações
Públicas, Propaganda e Turismo

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto de Farias

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Castro, Gabriel Neves
As Relações Públicas como ferramenta de manutenção no
Neoliberalismo:: um estudo de caso sobre a comunicação
da nova previdência. / Gabriel Neves Castro; orientador,
Luiz Alberto de Farias. - São Paulo, 2022.
72 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo /
Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São
Paulo.
Bibliografia

1. Relações Públicas. 2. Nova Previdência. 3.
Neoliberalismo. 4. Estudo de Caso. I. de Farias, Luiz
Alberto . II. Título.

659.2

CDD 21.ed. -

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

Nome: Castro, Gabriel Neves

Título: Relações Públicas como ferramenta de manutenção no Neoliberalismo: um estudo de caso sobre a comunicação da nova previdência.

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Relações Públicas
apresentado ao Departamento de Relações Públicas, Propaganda e
Turismo.

TCC Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca:

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

Dedico este trabalho aos meus pais, família e amigos, sem vocês, eu não teria forças para chegar aqui e nem ser quem eu sou.

“Tudo que nós tem é nós” - Emicida

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que lutaram pela minha criação e me ensinaram a seguir meus sonhos, sem nunca desistir.

Às minhas amigas queridas, Ana Laura Giovanelli, Arlinda Barbosa, Marcia Kaori e Mei Tamada, que durante toda a graduação foram importantes para que eu nunca desistisse, dividindo comigo os momentos de alegria, tristeza e emoção.

Ao Davi Claro, uma das pessoas de maior luz que já tive o prazer de conhecer e que me ensina todos os dias a ser eu mesmo e sempre ter coragem de seguir meus sonhos.

Ao Gustavo Andreas, que sempre foi meu grande amigo ao longo da minha vida, desde a infância.

À Heloisa Sirvent, minha namorada e grande amiga, quem me apoia em todos os momentos e que tenho o prazer de dividir grandes momentos juntos.

À toda a minha família, que me ajudou a ser quem eu sou, sempre me incentivando e contando comigo.

Ao Prof. Dr. Luiz Alberto, que me orientou nesse trabalho e me ajudou a passar por essa difícil trajetória, sempre me incentivando e auxiliando a fazer esse tema funcionar.

Por fim, à Universidade de São Paulo, até hoje nenhum dia foi mais feliz do que quando vi meu nome na lista de ingressantes, e graças a essa instituição, eu me conheci de verdade, conheci pessoas e vivenciei experiências que me acompanharão para o resto da vida.

RESUMO

CASTRO, Gabriel Neves. “As Relações Públicas como ferramenta de manutenção no Neoliberalismo: um estudo de caso sobre a comunicação da nova previdência.” 2022. Monografia (Bacharelado em Relações Públicas) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

O presente trabalho possui como objetivo entender a função das Relações Públicas no Neoliberalismo, principalmente no Brasil. Para isso, será abordado o surgimento dos sistemas políticos capitalistas, a fim de entender o cenário em que as Relações Públicas nasceram. Também será apresentado o surgimento e funções das Relações Públicas em seu surgimento no mundo e no Brasil. Por fim, foi realizado um estudo de caso sobre um dos principais marcos do neoliberalismo brasileiro, a reforma da previdência, esse estudo contará com a análise das coberturas midiáticas dos veículos de comunicação “Carta” Capital e “Exame” como forma de tentar moldar a opinião pública, na qual foi possível entender como são feitas as diferentes abordagens para a manutenção ou revogação da política.

Palavras-chave: Nova Previdência. Relações Públicas no Neoliberalismo. Opinião Pública.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Infográfico sobre as falácias da Reforma da Previdência.....	55
Figura 2: Segundo Infográfico sobre as falácias da Reforma da Previdência.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: As Palavras mais utilizadas pela Carta Capital em matérias sobre a Reforma da Previdência59

Tabela 2: As Palavras mais utilizadas pelo Exame em matérias sobre a Reforma da Previdência.....64

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. SISTEMAS ECONÔMICOS E POLÍTICOS CAPITALISTAS E LIBERAIS.....	11
2.1 CAPITALISMO.....	11
2.1.1. O que é o capitalismo?.....	11
2.1.2. A origem do capitalismo	18
2.1.3. Capitalismo no Brasil.....	21
2.2 Neoliberalismo.....	24
2.2.1. O que é o neoliberalismo?.....	25
2.2.2. Neoliberalismo brasileiro	28
3. O INÍCIO DAS RELAÇÕES PÚBLICAS	34
3.1. Como surgem as Relações Públicas no mundo.....	34
3.2. Como surgem as Relações Públicas no Brasil.....	44
4. ESTUDO DE CASO - REFORMA DA PREVIDÊNCIA NA MÍDIA: CARTA CAPITAL & EXAME.....	49
4.1. Objetivo Geral.....	50
4.2. Objetivos Específicos	50
4.3. Metodologia	51
4.4. O que é a nova previdência	51
4.5. Carta Capital	53
4.6. EXAME.....	60
4.7. Resultados e comparação	65
5. Considerações Finais	67
REFERÊNCIAS.....	69

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu após diversas observações diárias no mercado de trabalho e na formação de Relações Públicas a respeito da função exercida pela profissão nos tempos atuais.

Como estudante, junto às minhas amigas, falávamos sobre onde gostaríamos de trabalhar ou o que gostaríamos de fazer na profissão, algo quase sempre voltado à qual empresa paga melhor ou possui os melhores benefícios. Depois de começar a trabalhar, a ideia de servir aos interesses da empresa e fazer com que as pessoas ao redor acreditem que aquilo comunicado foi pensado no melhor para todos, se tornou algo incômodo.

O conceito de transformar a imagem de algo ruim em algo bom, transmitir uma mensagem, até persuadir um público sempre foi algo que me intrigou, com o tempo, tudo isso me fazia pensar: “Será que estou fadado nessa profissão a sempre fingir que tudo o que as organizações fazem é bom?”.

Para responder essa pergunta, esse trabalho tem como foco analisar a centralização da profissão no equilíbrio entre os interesses privados e da opinião pública, algo presente desde o nascimento da profissão, no começo do século XX, em uma sociedade já capitalista e que perpetua até os dias atuais.

Para isso, neste trabalho exploraremos os sistemas socioeconômicos capitalistas e liberais. A abordagem terá como foco o surgimento desses sistemas no mundo e principalmente no Brasil, com o intuito de entender o cenário que proporcionou a criação das Relações Públicas.

Em seguida, passaremos pelo surgimento e evolução das Relações Públicas no mundo e no Brasil. Dessa forma, entenderemos as funções da profissão em seu nascimento e seu desenvolvimento, como forma de compreender as suas possibilidades de atuação e utilização.

Por fim, o último capítulo aborda um estudo de caso sobre a cobertura midiática e suas diferenças, sobre a reforma da previdência de 2019, um dos marcos do neoliberalismo brasileiro, nos veículos “Carta Capital” e “Exame”. Assim, observamos as ferramentas de comunicação de massa na tentativa de moldar a opinião pública e como as Relações Públicas influenciam esse processo.

2. Sistemas econômicos e políticos capitalistas e liberais.

A fim de entendermos o papel das Relações Públicas na sociedade atual, necessitamos, antes, analisar as bases econômicas e políticas de cunho capitalista e seus sistemas derivados, principalmente os que se mostram presentes no Brasil. Para isso, neste capítulo será explorado a história e bases conceituais desses modelos socioeconômicos.

2.1. Capitalismo

2.1.1. O que é o Capitalismo?

O capitalismo, de forma sucinta, é um modo de produção e criação de mercadorias, na qual, por meio da relação entre patrões e empregados, a força de trabalho do trabalhador é comprada pelo empregador, com o intuito de transformar seu dinheiro, o capital, em mais dinheiro. Fator descrito por Marx como

"A mudança do valor do dinheiro que se pretende transformar em capital não pode ocorrer no próprio dinheiro. Ao servir de meio de compra ou de pagamento, o dinheiro apenas realiza o preço da mercadoria, que compra ou paga, e, ao manter-se em sua própria forma, petrifica-se em valor de magnitude fixada. Tampouco pode a mudança do valor decorrer do segundo ato de circulação, da revenda da mercadoria, pois esse ato apenas converte a mercadoria da forma natural em forma de dinheiro. A mudança tem portanto de ocorrer com a mercadoria comprada no primeiro ato Dinheiro — Mercadoria, mas não em seu valor, pois se trocam equivalentes, as mercadorias são pagas pelo seu valor. A mudança só pode portanto originar-se de seu valor-de-uso como tal, de seu consumo. Para extrair o valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de descobrir, dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor-de-uso possua a propriedade peculiar de ser fonte de valor; de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto. É o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou força de trabalho" (Marx, 1867, p.187, *apud* PERUZZO, 1982, p.54)

A força de trabalho aqui descrita, é o conjunto de habilidades físicas e mentais dos seres humanos, as quais são utilizadas para produção de "valores-de-uso de qualquer espécie" (Idem).

Já o valor-de-uso é a utilidade empregada nas mercadorias para satisfazer as necessidades humanas. Peruzzo (1982, p.54) ressalta que a mercadoria já chega ao mundo atribuída de valor-de-uso, porém os objetos materiais são apenas

considerados mercadorias por serem, de forma simultânea, objetos úteis e veículos de valor.

O valor do produto é consequência da quantidade de trabalho social nele cristalizado (idem), portanto, as mercadorias só ganham valor na medida em que há trabalho humano em sua produção, assim, se torna fruto de uma atividade social. Com isso, entendemos que o valor só existe em uma realidade social, “só podendo manifestar-se, evidentemente na relação social em que uma mercadoria se troca por outra” (Marx, 1867, p.187, *apud* PERUZZO, 1982, p.54).

Com esses fatores, entendemos que a mercadoria, além de necessitar do valor e do valor-de uso, também precisa ter a possibilidade de ser trocada por algo. Por isso, entende-se que “para ser mercadoria há necessidade do valor-de-troca e que tenha um valor-de uso para o consumidor. Enquanto o valor-de-troca se realiza, o valor-de-uso é negado. O valor-de-uso só vai se realizar no ato de consumo.” (PERUZZO, 1982, p.55).

No capitalismo, o trabalho humano utilizado na produção da mercadoria tem seu papel apenas como “características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho.” (Idem). Ou seja, a produção da mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho são decorrentes de uma relação social determinada pelos homens, conhecido como o fetichismo da mercadoria (Idem, p.55-56).

O fetichismo das mercadorias funciona com base na troca e nas relações que ela estabelece entre os produtos de trabalho e entre os produtores, nele o trabalho privado atua como parte do trabalho social. Desse modo “as relações de pessoas aparecem como materiais, e entre coisas como relações sociais. Os trocadores de mercadorias encontram-se sob o controle da atividade das coisas e a atividade social passa a ser uma atividade de coisas” (Idem, p.56). Essa relação cria nas próprias mercadorias, objetos que deveriam ser de fácil compreensão, um caráter misterioso decorrente das diversas relações e características sociais ali colocadas e ocultadas.

Outro fator que está diretamente ligada à mercadoria e seu fetichismo é o dinheiro, caracterizado como aparelho “que dissimula o caráter social dos trabalhos privados e as relações sociais entre os produtores” (MARX, 1867, p.79 a 93 *apud* PERUZZO, 1982, p.56). As mercadorias ao possuírem uma forma comum de valor também têm em si a forma de dinheiro do valor, sendo esse o resultado de várias metamorfoses que “surge para facilitar as trocas, pois se começa a empregar uma

determinada mercadoria como equivalente para todas as outras.” (PERUZZO, 1982, p.56). Assim, uma mercadoria ganha destaque e prestígio, quando vale mais dinheiro.

No capitalismo, outro elemento chave é a relação estabelecida entre o trabalhador e o patrão, na qual o primeiro vende sua força de trabalho e o segundo a compra, estabelecendo uma associação contratual. Quando isso acontece, o capitalista cuida para que o trabalho ocorra, oferecendo insumos, materiais, máquinas, matérias primas e supervisionando para que tudo seja utilizado com a maior eficiência, evitando desperdícios, desse modo “O produto é propriedade do capitalista, não do trabalhador imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho” (MARX, 1867, p.191-192 *apud* PERUZZO, 1982, p.57). Ao capitalista pertence o produto fruto do processo trabalho nele cristalizado, enquanto ao operário resta o valor-de-uso de sua força de trabalho.

Nessa relação, o proprietário do dinheiro comprará o máximo de horas possíveis da força de trabalho de seu operário para a criação de novos materiais, dessa forma:

se o trabalho social, para produzir o valor correspondente a sua sobrevivência for 4 (quatro) horas, o capitalista fará com que a força de trabalho trabalhe 8 (oito) horas, pois adquiriu o direito de usá-la durante este dia. E como o capitalista já calculou o valor da força de trabalho que corresponde a 4 (quatro) horas de trabalho diário, é esse valor que receberá em salário. O trabalho excedente de 4 (quatro) horas irá traduzir-se em mais-valia e em um sobreproduto que irá para o capitalista, pois 4 (quatro) horas de trabalho eram suficientes para reproduzir o valor da força de trabalho. (MARX, 1867, p.210-213 *apud* PERUZZO, 1982, p.57)

Com a produção da mais-valia gerada pela produção excedente de mercadorias, por meio da compra de um trabalho excessivo, o capitalista garante o aumento nos lucros e o acúmulo de capital.

Há também mais maneiras de gerar mais-valia, através da criação de maneiras de investir menos tempo na produção de uma quantidade maior de produtos, gerando um aumento na eficiência do trabalho, o que normalmente decorre da evolução técnica. Desse modo o capital se apossa do processo de trabalho, influencia nas relações sociais e técnicas para garantir um aumento da força produtiva do trabalho. (PERUZZO, 1982, p.58-59).

Uma das formas utilizadas pelos detentores do capital e que interfere nas relações sociais para gerar mais-valia, é a cooperação. Através dela são utilizados simultaneamente vários trabalhadores para a produção do mesmo tipo de mercadoria, sob o comando do mesmo patrão, o que resulta na multiplicação da força de trabalho de seus empregados. (Idem, p.59-60).

Dessa maneira, a produção estabelece metas e objetivos a serem alcançados, algo que é feito pelo capitalista e não pelos trabalhadores, que servem apenas para vender sua força de trabalho para uso do comprador. A cooperação é então feita de modo que as diferenças individuais dos colaboradores sejam compensadas pelo grande número de operários, já que “Se o capitalista contrata 20 (vinte) trabalhadores, importa para ele o dia de trabalho dos 20 (vinte) como trabalho coletivo, não importando se uns ajudaram os outros na execução da tarefa” (idem, p.60).

Com a cooperação adquire-se um menor valor de produção de mercadorias através da utilização mais eficiente dos meios de produção, uma vez que há mais trabalhadores fazendo o uso deles e gerando um número maior de produtos; para esse fim também é criada as jornadas de trabalho em mais de um turno, para que uma fábrica abrigue mais trabalhadores ao longo do dia, sem a necessidade de obter um novo espaço (Idem, p.61)

Para garantir a mais-valia, é comum da cooperação a elevação da força produtiva a partir do estímulo psicológico, criando o discurso de que o trabalho coletivo gera algo que não seria possível no individual, ou seja, não há a elevação da força individual através da cooperação, mas sim, é criada uma força de produção coletiva. Esse discurso estabelece entre os operários uma “competição cooperativa” (Idem), no qual os trabalhadores cooperam entre si para concluírem suas tarefas, “Quando, por exemplo, um trabalhador é obrigado a desempenhar tarefas volumosas periódicas que desequilibram a sua rotina, outros trabalhadores deixam as suas tarefas e auxiliam o que está sobrecarregado de trabalho” (Idem, p.61-62). Dessa maneira, o volume de trabalho excedente é suprido pela ajuda dos demais, e não pela contratação de novos funcionários ou pela melhora na qualidade do trabalho.

Na cooperação também há a potencialização da força de trabalho através da multiplicação da utilização de várias mãos de obra

Assim, 10 (dez) trabalhadores juntos transportam de um lugar para outro 10 (dez) blocos de pedra de 300 kg cada um em menos tempo do que se cada um dos 10 (dez) trabalhadores tivesse que transportar isoladamente o seu bloco. Cada trabalhador isolado não seria capaz de realizar sua tarefa ou a realizaria em maior espaço de tempo do que o necessário para o trabalho cooperado (idem, p.62).

Os trabalhadores também podem ser alocados em uma esteira de produção, na qual, cada um deles realiza diferentes etapas do mesmo processo, agilizando o processo de criação da mercadoria, gerando um maior valor-de-uso.

Dessa maneira a cooperação aumenta a mais-valia e o lucro recebido pelo capitalista, em uma forma de explorar ao máximo a mão de obra dos operários. Produz-se então o antagonismo de capital *versus* trabalho, na qual

um explora e o outro é explorado. Enquanto a cooperação é imprescindível para a produção capitalista visto que esta aumenta a produtividade do trabalho e portanto a exploração do capital sobre o trabalho, potencia também condições de resistência do trabalho ao capital (idem, p.64).

A partir da relação do homem com o trabalho no capitalismo também nasce o processo de alienação, como o ato de expropriar alguém, de acordo com Peruzzo (idem, p.66) isso pode ser feito de forma econômica, espiritual, cultural, política ou religiosa. Para entender a alienação devemos passar pelas três principais características que a compõem.

A primeira característica é observada na relação do trabalhador com o resultado de seu trabalho, ou seja, a mercadoria, pois, a figura do operário tem seu valor-de-uso diminuído à medida que produz mais mercadorias, já que

A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo das coisas. O trabalho não cria apenas bens; ele também produz a si mesmo e o trabalhador como mercadoria, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens (MARX, 1970, p.93 *apud* PERUZZO, 1982, p.66).

Nessa situação o trabalhador é visto como um ser alienado em relação com o objeto produzido, já que este é independente de seu criador. Além disso, de acordo com Peruzzo (MARX, 1970 *apud* PERUZZO, 1982, p.66) a alienação também se mostra presente no processo de elaboração da atividade produtiva, já que o trabalho como ação não natural do humano, gera um sentimento de sofrimento ao invés de bem-estar, criando uma insatisfação constante no trabalhador, o qual só se sente realizado em seu tempo de descanso. Portanto, o trabalho não é voluntário, mas sim imposto, é concebido através de uma relação de dependência, na qual o trabalhador necessita de dinheiro para se satisfazer, apresentando o caráter de alienação.

A segunda característica surge da relação do próprio trabalhador com sua atividade humano, pois ela é

algo estranho e não pertencente a ele mesmo, atividade de sofrimento (passividade), vigor como impotência, criação como emasculação, a energia física e mental pessoal do trabalhador, sua vida pessoal (pois o que é a vida senão atividade?) como atividade voltada contra ele mesmo, independente dele e não pertencente a ele. Isso é auto-alienação. (MARX, 1970, p.94 *apud* PERUZZO, 1982, p.68).

Ou seja, é tirado do trabalhador a identificação com tudo aquilo que ele produz, dessa forma, ele se torna alheio ao seu entorno, a auto-alienação é então “a alienação do homem em essência, a perda de objetividade do homem e a perda de realismo dele

como auto-descoberta, manifestação da natureza dele, objetivação e realização" (MARX, 1932, p.72)

A terceira característica é a vida alienada. Nela, o trabalho também aliena o homem da sua espécie, de forma que a vida da espécie e a vida individual, sejam transformadas em abstrações em detrimento do capital. Dessa forma, o trabalho

atividade vital, vida produtiva agora aparecem ao homem apenas como meios para a satisfação de uma necessidade, a de manter sua existência. A vida produtiva, contudo, é a vida da espécie. No tipo de atividade vital reside todo o caráter de uma espécie, seu caráter como espécie, e a atividade livre, consciente, é o caráter como espécie dos seres humanos. (MARX, 1970, p.91, 95 a 97 *apud* PERUZZO, 1982, p.68).

Assim o homem é alienado da natureza, de sua vida mental e humana, já que sua espécie se torna um ente estranho e um meio para a existência individual do homem.

Temos então o homem também sendo alienado por outros homens, assim:

Se o trabalhador está relacionado com o produto do seu trabalho, como um objeto estranho, hostil, poderoso, independente e que não lhe pertence é porque o trabalho e o produto do trabalho pertencem a outro homem. E se a atividade do homem não é livre é porque está a serviço e sob a coerção e domínio de outro homem (PERUZZO, 1982, p.68-69).

O último elemento chave sobre o capitalismo a ser analisado é a existência das classes sociais. A partir da relação já vista em que o dinheiro se torna mercadoria e depois se transforma em mais dinheiro, é resultada a mais-valia “uma das características fundamentais do processo de produção no qual é possível a apropriação de um valor excedente está imbricada nas relações sociais de produção” (Idem, p.71). Nesse processo existem dois tipos de proprietários de mercadorias: os donos dos meios de produção, e os donos da sua força de trabalho, que são os trabalhadores livres, livres no sentido de “dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender” (MARX, 1867, p.189 *apud* PERUZZO, 1982, p.71-72).

Por conta disso, o trabalhador passa de um criador da própria mercadoria e dono dos seus próprios meios de produção para um ser assalariado, sobrando a si mesmo apenas a possibilidade de vender sua própria mão de obra, tal situação é fruto da “acumulação de muito dinheiro por poucos e a expropriação de meios de produção de muitos” (PERUZZO, 1982, p.72). O cenário então descrito não é uma condição da natureza, mas sim o resultado da relação social entre humanos, desenvolvida durante a história, por meio de revoluções econômicas e do desaparecimento de toda uma série de antigas formações da produção social (Idem).

É a partir do momento em que surge o capital, quando os proprietários dos meios de produção e de subsistência possuem trabalhadores livres para garantir a sua produção e acúmulo de dinheiro, que são criadas as classes sociais do capitalismo, marcadas pela desigualdade de suas relações (Idem).

As classes sociais são descritas por Peruzzo (Idem, p.73) sendo compostas pela burguesia - quem possui os meios de produção e subsistência - e os proletariados, ou trabalhadores livres - quem possui sua própria força de trabalho. Essas classes são distinguidas pelo local que ocupam no sistema socioeconômico em relação aos meios de produção, na organização social do trabalho e pelos meios que utilizam para conseguir sua riqueza social. Nessa composição, as “classes são grupos de homens, dos quais um pode apropriar-se do trabalho de outro, em virtude da posição diferente que ocupam num regime determinado da economia social” (STAVENHAGEN, 1976, p.150 *apud* PERUZZO, 1982, p.73).

Dessa forma, a burguesia compra e explora a força de trabalho vendida pelo proletariado para aumentar seu capital, enquanto a classe social recebe para sua subsistência. As relações sociais geradas por ambas as classes são de caráter antagônico, já que “A base do antagonismo está na contradição interna das próprias relações entre elas, permitindo que a mais-valia produzida pelos trabalhadores seja apropriada privadamente pela burguesia” (PERUZZO, 1982, p.73). Portanto, a classe dominante se apodera da riqueza, do poder econômico e política, enquanto a maioria dos trabalhadores apenas passam suas vidas vendendo sua mão de obra.

Apesar de antagônicas, essas relações também são complementares, pois a burguesia é dependente da existência do trabalho não pago e do acúmulo de capital, por meio da mais-valia, que só é gerada pela compra da força de trabalho, e o proletariado só existe enquanto há o capitalista que compra sua força de trabalho em troca de dinheiro para sua sobrevivência.

Por fim, a relação das classes sociais descritas é marcada principalmente pela dominação e subordinação, a burguesia possui um poder sobre o proletariado que ultrapassa a esfera econômica, social, cultural e política. As classes também criam consciência de si mesmos e de seus interesses, organizam-se para garantir o poder do Estado. (Idem, p.74).

2.1.2. A origem do capitalismo

Agora que explicamos o que é o capitalismo, podemos falar sobre seu surgimento. De acordo com Woods (2001, p.77-78) apesar de muitas vezes ser associada ao âmbito urbano e industrial, isso pouco importa para o início desse sistema econômico, já que o capitalismo surge com as relações entre apropriadores e produtores para a criação de mercadorias, e é apenas nesse sistema que “o modo de apropriação dominante baseia-se na desapropriação dos produtores diretos legalmente livres, cujo trabalho excedente é apropriado por ‘meios puramente econômicos’” (WOODS, 2001, p.77-78).

A partir do século XVI surge uma nação unificada e com características econômicas com o viés capitalista, a Inglaterra. É importante ressaltar que esse foi, em um primeiro momento, um desenvolvimento único deste país, pois na mesma época, grande parte da Europa, até mesmo as nações mais unificadas que o restante dos países, como a França e Espanha, possuíam a atividade econômica e comercial regidas pelo ideal de “comprar barato e vender caro”, basicamente, um comércio de transporte, na qual mercadores compravam seus produtos num local e vendiam-os em outro. O mercado era principalmente feito por mercadorias de luxo, sem a presença de produtos de consumo baratos e cotidianos; enquanto isso os produtores do campo cultivavam seu alimento para subsistência e criavam peças de vestuário, sendo o excedente levado para troca por outros materiais. Através desses elementos observa-se que a economia da maioria da Europa não era voltada ao lucro, nem a confecção de forma mais eficiente de mercadorias com o intuito de gerar menos custo, e muito menos havia um foco na concorrência com os demais mercadores (Woods, 2001, p.80).

A Inglaterra, diferente das outras nações, passou por um processo diferente, durante o século XVI ela avança em um processo de eliminar a fragmentação da região herdada do feudalismo “Os poderes autônomos detidos pelos senhores, pelas assembleias municipais e por outras entidades corporativas de outras nações européias eram, na Inglaterra, cada vez mais concentradas no Estado Central” (WOODS, 2001, p.82). Com a centralização política, a Inglaterra já possuía bases materiais, por conta das estradas e transporte de água, e Londres se desenvolveu como um ponto fundamental do comércio local. (Idem)

Outro fator de destaque é a base da agricultura local. Nela, a classe dominante inglesa já havia se desmilitarizado antes do que em qualquer outra nação europeia, trabalhando como aliada com a monarquia, além de possuir grande posse de terras, assim os latifundiários ingleses podiam utilizar suas terras de novas maneiras. (Idem, p.82-83).

Esses fatores geraram grandes consequências no desenvolvimento do país,

Por um lado, a concentração da propriedade inglesa da terra significou que uma imensa extensão dela não era trabalhada por proprietários camponeses, mas por arrendatários significa, literalmente, rendeira (...). Por outro lado, os poderes extra-econômicos relativamente reduzidos dos grandes proprietários significavam que eles dependiam menos de sua capacidade de arrancar uma renda maior de seus arrendatários, através de meios coercitivos diretos, do que da produtividade destes. Nesse arranjo, os latifundiários tinham um forte incentivo para estimular - e, sempre que possível, obrigar - seus arrendatários a descobrirem meios de aumentar a produção. (Idem, p.83).

Desse modo é criada uma relação em que o dono da terra exerce uma relação de dominação sobre os arrendatários, que precisavam melhorar sua produtividade e arrumar um bom mercado de consumidores para conseguirem pagar o aluguel da terra, que era fixado com o valor do mercado; caso um produtor não obtivesse sucesso com seu negócio se juntaria às classes não proprietárias. Nesse cenário,

as forças competitivas de mercado, portanto, foram um fator fundamental na expropriação dos produtores diretos. Mas essas forças econômicas foram auxiliadas, sem dúvida, pela intervenção coercitiva direta para expulsar os ocupantes da terra ou extinguir seus direitos consuetudinários. (Idem, p.86).

É com isso que se cria a trindade composta por latifundiários, arrendatários e trabalhadores assalariados. Através da maior presença do trabalho assalariado, há também uma crescente pressão no aumento da produção e melhoramento de técnicas e cultivos para que os latifundiários obtenham mais lucro com a produção, gerando um mercado agrícola com alta produtividade e capacidade de alimentar a nação; nesse cenário, há também um aumento de não proprietários que tornaram-se uma força de trabalho assalariada e é criado um novo tipo de mercado interno, o de bens de consumo baratos. São esses elementos que servem de base para a formação do capitalismo inglês (Idem).

É também no Século XVI que são redefinidos os que, no futuro, seriam as propriedades privadas, por meio dos cercamentos realizados nas terras inglesas, que marcaram o fim dos direitos comunais e consuetudinários. Os cercamentos inicialmente eram realizados para expulsar plebeus de terras que pudessem gerar lucro com a criação de ovelhas (Idem, p.91).

Durante os séculos XVI e XVII, o cercamento foi o motivo de diversas revoltas, e inicialmente, até mesmo a monarquia era contrária a tal prática. Foi com a Revolução Gloriosa, em 1688, que essa situação foi resolvida. Criaram um novo tipo de demarcação de terra: o cercamento parlamentar, não havia mais a intervenção do estado, nele “a extinção dos direitos de propriedade problemáticos, que interferiam na capacidade de acumulação de alguns grandes proprietários, passou a ocorrer através de decretos do Parlamento. Nada atesta de maneira mais clara a vitória do capitalismo agrário” (Idem).

Com o capitalismo agrário, as leis econômicas da Inglaterra rural que proporcionaram um mercado vasto para o de capitalismo mercantilista, que ainda viria a aparecer. Durante o capitalismo agrário, o mercado interno dessa nação se tornou altamente desenvolvido, com uma população que não se dedicava apenas a produção de bens de consumo para seu cotidiano e de sua família, mas sim produzia mais que apenas produtos para subsistência, além de também possuir um sistema bancário único, no qual existia um mercado metropolitano em Londres, nele agentes e representantes trabalhavam em uma rede de distribuição de produtos nacionais para toda a Inglaterra em troca de créditos e comissões (Idem, p.106-107),

Esse tipo de mercado e comércio britânico começou a se espalhar pela Europa já no século XVII, junto com os instrumentos utilizados na ação, como as letras de câmbio, a partir disso, a Inglaterra conquistou uma

ascendência inequívoca no comércio internacional, no que é às vezes chamado de “capitalismo mercantil” do século XVIII, seu sucesso ergueu-se sobre os alicerces do sistema comercial interno anterior - e até o poderio militar, o poderio naval maciço que garantiu a preeminência britânica, enraizou-se claramente na riqueza criada pelo capitalismo agrário (idem, p.108)

O aparecimento dessa nova dinâmica capitalista produz uma nova forma de imperialismo colonialista, não baseada em terras e pilhagem, mas uma expansão para o exterior dos ideais de produção competitiva e aumento de consumo, como na Irlanda. (Idem).

Foi com o avanço tecnológico e com as condições criadas pelo capitalismo agrário, ou seja, as “transformações das relações de propriedade, do tamanho e da natureza e extensão do comércio e do imperialismo britânicos” (Idem, p.110), que possibilitaram a industrialização e o surgimento do capitalismo industrial na Inglaterra. Porém, como visto, o capitalismo continuou a se desenvolver, os conceitos de mais-valia, cooperação, alienação, a fetichização da mercadoria, exploração e luta de

classes ficaram mais evidentes nos trabalhos industriais e no modelo de produção capitalista que se espalhou pelo mundo, decorrente, principalmente, da Primeira Revolução Industrial de 1760.

2.1.3. Capitalismo no Brasil

A expansão do modo de produção capitalista da Europa para a América Latina, especialmente o Brasil, ocorreu principalmente no século XIX, fazendo parte de um dos movimentos históricos conhecido como “a aceleração da História”, que Comparato descreveu como uma

Façonha, sem precedentes no longo processo de desenvolvimento da espécie humana na face da Terra, foi, sem dúvida, o resultado do exercício de uma nova modalidade de poder: o econômico. A dominação dos ricos sobre os pobres é tão velha quanto a própria humanidade. O capitalismo soube, porém, organizá-la de modo a lhe conferir extraordinária eficácia transformadora do meio social.” (COMPARATO, 2011).

A partir desse momento o capitalismo se tornou predominante no Brasil, porém, isso foi apenas possível pelo modo de exportação da produção capitalista de produtos brasileiros, e não pela presença de uma força produtiva, o que de acordo com Bragueto (2013, p.2) fez com que existisse uma fase de transição para o modelo econômico.

Em um primeiro momento, a economia brasileira era focada na produção de borracha, cacau e, principalmente, café, peça chave da exportação brasileira, já que envolvia o “setor agrário e industrial produtivo e o setor mercantil urbano” (Idem)

Dessa forma, o primeiro período da chegada do capitalismo ao Brasil é marcado pela evolução da produção de café no período de 1886 até 1929. Entre os anos de 1886 até 1898 a produção de café foi altamente positivas aos negócios brasileiros, já que

as condições de acumulação foram extremamente favoráveis: ampla disponibilidade de terras, ‘produzidas’ pela extensão das estradas de ferro; oferta de força de trabalho superabundante, gerada por maciça imigração; aumento dos preços internacionais de 1886 a 1890, impulsionados pelo crescimento dos mercados mundiais, especialmente norte-americano e pela quebra das safras de 1887/8 e 1889/90; queda acentuada da taxa de câmbio, no momento em que cai a demanda externa, elevando os preços internos entre 1891 e 1894 e detendo o aprofundamento da queda entre 1895 e 1898. (Idem, p.3)

A crise se estende e tem seu ápice em 1906, já que era previsto uma maior quantidade de colheita do café, porém houve uma grande queda nos preços do produto no mercado internacional. Nesse mesmo ano, surge uma tentativa de

valorização do produto através de medidas adotadas pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais no Convênio de Taubaté. Elas consistem em: o governo comprar os excessos de produção; seriam realizados empréstimos internacionais, que totalizaram o valor de 15 milhões de libras esterlinas, para realizar essas compras; os empréstimos seriam cobertos por uma taxa em ouro imposta sobre cada saca de café exportada; seriam taxados os plantios de novos pés de café; e foi proibida a exportação de produtos de qualidade inferior. (Idem)

Essa política de valorização obteve sucesso na normalização dos preços e produção da mercadoria no Brasil, sendo repetida em 1918, advinda de uma nova crise originada pelos impactos da Primeira Guerra Mundial na economia global. Porém, a partir de 1919 até 1934, vemos um grande aumento da produção cafeeira, passando de “14,1 milhões de sacas entre 1919/20 a 1923/24 para 18,2 milhões entre 1924/25 e 1928/29, atingindo 24,2 milhões de sacas nos anos 1929/30 a 1933/34” (idem, p.5). Nesse momento, já observamos o interesse dos produtores no aumento de seus lucros decorrentes da expansão de seus negócios.

Porém, apesar do aumento da produção, com a instauração da crise de 1929 no mercado global, a queda abrupta do preço internacional do café impediu que fosse implantada mais uma política de valorização do produto. Assim, ocorreu uma crise irreparável no mercado produtor cafeeiro brasileiro, de forma que fosse necessário que o país avançasse para um novo tipo de produção com o começo da industrialização. (Idem, p. 6-7)

A industrialização brasileira teve grande influência do mercado de café, é com ele que nasce as condições necessárias para a implantação da indústria, já que ele conseguiu:

(1) gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial; (2) transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e, finalmente, (3) promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis. (CARDOSO DE MELLO, 2009, p.103)

É importante ressaltar, que já havia uma pequena presença da indústria durante a época do auge da produção cafeeira, durante as décadas de 1880 até 1930 houve a implantação da indústria leve, composta por bens de consumo não duráveis, porém a indústria de bens de produção ainda não existia no Brasil, e é ela que marca, principalmente, as relações capitalistas no país, pois

as relações que se estabelecem entre o capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil, e o capital industrial, são contraditórias, ou seja, se bem o capital cafeeiro dá nascimento e estimula a grande indústria, ao

mesmo tempo impõe limites estreitos à acumulação industrial. Isto porque o capital industrial depende do capital cafeeiro para sua expansão. (BRAGUETO, 2013, p.8)

A partir de 1933 até 1955 ocorre uma expansão industrial, porém de forma limitada pelas condições técnicas e financeiras da época, fazendo com que houvesse a implantação em maior escala das indústrias de bens de produção, mesmo que de forma insuficiente para atender totalmente as demandas econômicas (Idem, p.9). Assim, o acúmulo de capital, as relações trabalhistas de dominação de patrão e empregado e a maximização dos lucros começam a se tornar mais presentes em território brasileiro.

Essa época também é marcada pela reconfiguração do papel da agricultura na economia brasileira, antes fonte principal de renda e lucro, e agora, sendo um meio de garantir expansão da indústria, com o dinheiro adquirido utilizado nos plantios para a importação de equipamentos subsidiar a baixo preço a reprodução dos salários urbano-industriais. (Idem, p.11)

É de se notar que houve uma consolidação do núcleo industrial principalmente nas regiões produtoras de café, mudando significativamente as configurações espaciais do Brasil, já que “Neste período vai ocorrer a formação do mercado nacional e, portanto, o processo de unificação econômica do espaço brasileiro e de sua efetiva regionalização interna” (Idem).

Após essa etapa, a partir da década de 1950, o Brasil entra em uma nova fase de sua industrialização, que marca uma nova dinâmica da divisão social do trabalho, acúmulo de capital e modificação da sua fisionomia social e econômica, já que nesse período

Inicialmente, ainda foi com capital estatal que se criaram a Petrobrás, a Cosipa, e Usiminas e diversas companhias de eletricidade (Chesf, Furnas etc.). Mas, no quadro de uma industrialização acelerada pela execução do Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-61), capitais multinacionais foram atraídos em grande escala ao país, tornando a hegemonia do capital monopólico definitiva no Brasil. (SINGER, 1987, p.76 *apud* BRAGUETO, 2013, p.15)

A política de industrialização no país resultou em um aumento de sua capacidade produtiva, de forma que superasse a demanda existente do país, o que gerou um novo padrão de acumulação. A existência dessa nova forma de acúmulo de capital, foi um processo resultante das políticas do Estado no grande investimento em infra-estrutura e indústrias de bases, e também na associação com a grande empresa oligopólica europeia que investiu na industrialização pesada do Brasil. (BRAGUETO, 2013, p.16-17)

Bragueto (2013, p.17-18) ainda divide em dois momentos essa fase da indústria no Brasil: o primeiro com um grande esforço para a industrialização pesada, por meio do Plano de Metas, de 1956 até 1960; o segundo momento acontece entre 1967 e 1974 por conta do “milagre econômico”, período em que foram concluídas as instalações dos setores de bens de consumo duráveis, intermediários e de capital.

Com o Plano de Metas, a industrialização brasileira sofreu grandes transformações, resultados dos grandes investimentos e projetos feitos por Juscelino Kubitschek, assim obteve-se um elevado aumento na produção de bens de capital e de bens de consumo duráveis, no mercado agrícola houve a criação da produção doméstica de máquinas e implementos agrícolas (Idem). A partir desse momento, o capitalismo monopolista se mostra presente no Brasil, já que

só então são constituídas integralmente as bases técnicas necessárias para a autodeterminação do capital, cristalizadas no estabelecimento de relações entre os Departamentos de Bens de Produção, Bens de Consumo Assalariado e Bens de Consumo Capitalista, o que impõe uma dinâmica especificamente capitalista ao processo de acumulação. A partir daí, então, a acumulação de capital só encontra as barreiras colocadas por ela mesma. (CARDOSO DE MELLO e BELUZZO, 1982, p.144 *apud* BRAGUETO, 2013, p.18)

O segundo período de grande avanço na industrialização do país, o “milagre econômico”, foi marcado por grandes desequilíbrios nos investimentos, na indústria houve um considerável aumento na produção de bens de consumo duráveis, não duráveis e na construção civil, em relação à de bens de produção; na agricultura, o foco somente na exportação fez com que o crescimento da produção agrícola para o mercado interno fosse pequeno comparado ao da indústria e da massa de salários. (BRAGUETO, 2013, p.19).

Dessa forma, apesar de tardio, está consolidado no Brasil o modo de produção capitalista de forma integral, com seu foco em garantir o lucro para o enriquecimento dos detentores do capital, advindos do trabalho assalariado de operários.

2.2. Neoliberalismo

Nesse subcapítulo entenderemos o que é a dinâmica socioeconômica do Neoliberalismo, e como ela foi implementada no Brasil a partir da década de 1990, através da abertura política e fim da ditadura militar brasileira.

2.2.1. O que é o neoliberalismo?

O neoliberalismo é uma doutrina econômica-social que retoma e adequa aos tempos atuais os conceitos do liberalismo econômico, criado na Europa, durante o século XVII.

O liberalismo surge na Europa em um contexto de libertação política e espiritual do início da Idade Moderna, ao longo do tempo essa corrente de pensamentos se ramifica em diversas outras, já que estava presente em diversos países “em momentos históricos distintos e defrontando-se com problemas políticos e sociais específicos” (MOUNTIAN, 2018, p.2). Apesar do caráter mutável dessa corrente, Gray (1986, p.13 *Apud* MOUNTIAN, 2018, p.2) define que é possível entendê-la a partir de pequenas características, para isso, o autor contextualiza quatro elementos sempre presentes no liberalismo:

Em primeiro lugar é individualista, no sentido em que pugna pela primazia moral da pessoa contra qualquer pretensão da coletividade social; em segundo lugar, é igualitária, porque confere a todos os homens o mesmo estatuto moral e nega a relevância de graus de diferenciação, legais ou políticos, da riqueza moral entre os seres humanos; em terceiro lugar, é universalista, afirmando a unidade moral da espécie humana, com importância secundária para as associações históricas e as formas culturais específicas; quarto e último, é melhorista, na sua afirmação da correção e aperfeiçoamento de todas as instituições sociais e dos acordos políticos. (GRAY, 1986, p.12 *Apud* MOUNTIAN, 2018, p.2)

Os quatro elementos presentes no Liberalismo são também parte essencial do capitalismo, já que o sujeito, como primordialmente um ser individualista, tem como responsabilidade garantir sua riqueza ou sua sobrevivência a qualquer custo, ao mesmo tempo em que não há diferenciação do sujeito perante ao Estado e sociedade, sendo assim, todos possuem as mesmas condições históricas, culturais e monetárias de chegar ao “topo”, como descrito por Adam Smith (1974, p.9 *apud* MOUNTAIN, p.9) “qualquer trabalhador pobre, pertencendo mesmo ao mais baixo grau social, se for sóbrio e trabalhador, terá a sua disposição um número muito maior de coisas necessárias e úteis para a sua vida do que qualquer selvagem”. Por fim, o melhoramento se mostra como característica essencial, no momento que ela visa o aperfeiçoamento constante das instituições, mas vale ressaltar que, não deve se confundir com a ideia de melhoramento da humanidade vinda do Iluminismo, mas sim o “melhoramento da propriedade, a ética - e, a rigor, a ciência - do lucro, o

compromisso com o aumento da produtividade do trabalho e a prática do cercamento e da desapropriação” (WOODS, 2001, p.119)

Nesse contexto, o liberalismo também possui foco no princípio da liberdade individual, sendo um direito natural e intrinsecamente ligado ao homem, não podendo ser cerceado por nenhuma forma de governo, e sendo composta por três elementos: autonomia individual, segurança e propriedade privada. (MOUNTAIN, 2018, p.3).

O primeiro elemento, a autonomia, seria o direito de todo homem fazer o que quer, de forma que “a liberdade consiste em fazer tudo aquilo que não prejudica os outros”. (BURDEAU, 1979, p.39 *apud* MOUNTAIN, 2018, p.3). O segundo elemento, a segurança, é o que garante aos indivíduos “não interferência com relação a qualquer autoridade e representa uma reação contra a arbitrariedade.” (MOUNTAIN, 2018, p.4), sendo adquirida principalmente por meio da constituição, que seria um conjunto de leis acima do poder de qualquer político e iguala todos os indivíduos em questão de direitos. O último, a propriedade privada, é considerado um direito natural do homem, pois ela é legitimada pelo trabalho, este, algo inato aos seres humanos. (Idem)

Outro ponto central do liberalismo é o papel do Estado nesse sistema, no qual, “suas funções não podem ultrapassar o ponto de restringir as liberdades dos indivíduos e que sua função primordial é exatamente resguardar tais liberdades” (Idem, p.5). Dessa forma, o Estado teria unicamente a função de garantir aos indivíduos que seus direitos sejam exercidos.

Essa liberdade política também está ligada diretamente com a liberdade econômica garantida nos quatro elementos presentes no liberalismo, assim, seria através “do capitalismo competitivo e a organização econômica o que viabiliza a liberdade econômica, isso significa que ela produz, necessariamente, a liberdade política, na medida em que tal modelo seria capaz de separar (não apenas em abstrato) o poder econômico do poder político” (MORAIS; SILVA, 2017, p.3).

Com o passar do tempo, principalmente em 1944, com a publicação do Livro “O caminho da Servidão” de Hayek uma nova vertente do liberalismo, o neoliberalismo, começa a ganhar força. (CARVALHO, 2000, p.212)

O neoliberalismo nasce como uma oposição ao Estado de Bem-Estar, este que é definido como um Estado que “garantiria ao cidadão, como um direito político e não como caridade, uma renda básica para sua boa sobrevivência, portanto, garantiria sua alimentação, educação, saúde e habitação.” (Idem). Dessa forma, para os neoliberais,

o Estado deve possuir uma função mínima, sendo menos paternalista e tendo como principal papel “difundir os conhecimentos e informações, permitindo uma maior mobilidade econômica, sem centralização de decisões, totalmente contra o planejamento por parte do Estado.” (Idem).

Com o Estado Mínimo, voltamos para o governo servindo como uma ferramenta de manutenção do bom funcionamento do mercado, além de garantir os direitos de liberdade de expressão, propriedade privada e cumprimento da lei e de suas consequências para quem não as obedecer. Assim,

o Estado deveria intervir apenas para estabelecer um sistema eficaz de “concorrência”. Para tanto, deveria atuar em áreas ou setores pouco atrativos para a iniciativa privada, além de criar toda uma infraestrutura de transportes, hospitais, polícia, tribunais, escolas fundamentais e exército, tudo para facilitar a vida dos empreendedores. Dessa forma, todas as atividades do governo deveriam estar voltadas para a mercantilização da sociedade, consolidando a hegemonia do capital como potência social. (Idem)

Apesar desse papel, o Estado funciona como uma empresa nesse sistema econômico, tanto da forma de administração da nação quanto na relação de concorrência com os demais Estados, de modo que ele é “responsável por construir o mercado, ao mesmo tempo se constrói segundo as normas de mercado.” (ANDRADE, 2018, p.220). Essa nova relação e responsabilidade do Estado em difundir a concorrência para os cidadãos nela inseridos, “conduz indiretamente os indivíduos a se conduzirem como empreendedores de si mesmos. A empresa é alçada a modelo de subjetivação, sendo cada indivíduo um capital a ser gerido e valorizado conforme as demandas do mercado.” (Idem)

A partir desses pontos, é exposto que nesse modelo econômico se torna legítima a ideia que o livre mercado é a forma de garantir a liberdade individual de empreender, como forma de gerar riqueza e ascender socialmente, fazendo com que “A crescente desigualdade se justificaria como meio de estimular o risco dos empreendedores e a inovação, elementos centrais da competitividade e do crescimento econômico” (Idem, p.221)

A presença do neoliberalismo de forma globalizada também resultou em novas tendências do mercado com a “expansão e sofisticação da atividade financeira, com sua integração global, à desregulamentação das operações, à constituição de novos mercados de securitização, derivativos e futuros e à ampliação da massa de ativos e passivos” (Idem, p.222). Além disso, também foi alterada de forma parcial a configuração das classes sociais, por conta dos novos empreendedores dos setores

de tecnologia e participação ainda mais presente de financistas e CEOs, isso graças à duas novas tendências de mercado:

Primeira, a fusão dos privilégios da propriedade com os da gerência por meio da remuneração dos CEOs com opções de ações, impondo a valorização financeira como guia das atividades. Segunda, a redução da separação entre capital rentista e produtivo, com grandes corporações assumindo orientações crescentemente financeiras sem deixar de se voltar para a produção e o comércio (Harvey, 2008: 40-41). Essas tendências vinculam-se à expansão e sofisticação da atividade financeira, com sua integração global, à desregulamentação das operações, à constituição de novos mercados de securitização, derivativos e futuros e à ampliação da massa de ativos e passivos (HARVEY, 2008: 40-41, *apud* ANDRADE, 2018, p.222)

Dessa forma, observamos que o neoliberalismo é mais uma ferramenta para garantir o acúmulo de capital, a maximização dos lucros e enaltecer o poder dos grandes empreendedores perante a sociedade.

2.2.2. O Neoliberalismo brasileiro

O neoliberalismo no Brasil teve início na década de 1990, resultado da abertura política e redemocratização do país após vinte anos de ditadura militar, junto das consequências dos planos econômicos realizados durante a década de 80 e fruto dos embates travados na Assembleia Constituinte entre os anos de 1986 e 1988. (FILGUEIRAS, 2006, p.6). Além disso, em 1989, se deu o Conselho de Washington, nesse evento reuniram-se os funcionários do governo dos Estados Unidos e órgãos financeiros especializados na economia latino-americana, o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) internacionais para apresentar “propostas globais do que se pode chamar de ‘manual’ para a implementação do neoliberalismo mundial.” (NASCIMENTO, 2022, p.136), que influenciou o Governo Collor a implantar esse sistema socioeconômico no Brasil.

De acordo com Nascimento (idem) o Conselho de Washington foi responsável por definir as seguintes premissas:

- Controle fiscal: cortar gastos, reduzir despesas e enxugar quantitativo de funcionários;
- Reformas: em especial para garantir menos tributação para empresas;
- Privatização de estatais: em diferentes setores, com intuito de impulsionar de maneira relevante a iniciativa privada;
- Revisão do protecionismo: com intuito de maior abertura a investimentos estrangeiros;
- Flexibilização de leis trabalhistas: promovendo desregulamentação estatal das relações entre capital e trabalho, sendo cada vez mais relegada a acordos sindicais e/ou mesmo direto de cada empregado com seu contratante.

As premissas neoliberais começaram a fazer parte do discurso das elites dos países latino-americanos, gerando reformas comerciais que “deveriam ser postas em prática em troca da continuidade de financiamento para obras sociais” (MARIANI, 2007, p.6), e foram amplamente utilizadas por Fernando Collor no Brasil, entre os anos de 1990 e 1992. Vale lembrar que outro impulsionador da expansão do neoliberalismo no mundo, foi a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a dissolução da União Soviética, em 1991, que marcaram a derrota do comunismo no mundo, abrindo caminho para que o capitalismo e suas derivações ganhassem força.

Filgueiras (2006, p.186) define o processo da implantação do neoliberalismo em três fases: uma inicial, de ruptura com o Modelo de Substituição de Importações (MSI) e implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal (Governo Collor); uma de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal (primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC); e, por último, uma fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, na qual amplia-se e consolida-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (segundo Governo FHC e Governo Lula).

Com a implantação do novo sistema econômico, há uma mudança na relação de capital-trabalho, decorrentes da reestruturação produtiva, tanto em âmbito privado como público, por meio da introdução de novos métodos de gestão do trabalho e de novas tecnologias. Além disso, a relação capital-trabalho também foi afetada pela abertura comercial e financeira da economia e pelo longo ciclo de estagnação iniciado no começo dos anos 1980. Essas mudanças acarretaram o aumento das taxas de desemprego, a partir do início dos anos 1990 com o Governo Collor, graças a abertura da economia que aumentou a concorrência intercapitalista e acelerou o processo de reestruturação das empresas. Posteriormente o desemprego aumentou ainda mais a partir do Plano Real, o que gerou a maior ampliação da abertura comercial e a valorização da moeda nacional, caindo apenas a partir de 2004. (FILGUEIRAS, 2006, p.187-188).

Ainda na esfera da relação capital-trabalho observou-se ampla a desregulação do mercado de trabalho, com um processo de precarização das condições de trabalho, por meio de instalações inadequadas nos espaços de trabalho, novas formas de burlar a jornada de trabalho, reduzir os rendimentos dos operários, flexibilização dos direitos trabalhistas e ampliação da informalidade. Outro produto foi do neoliberalismo foi o aumento da concentração de renda, já que a quantidade de ricos no Brasil aumentou

passando de 507 mil famílias ricas em 1980, para 1,16 milhão em 2000 (idem, p.189-190), além de ser o país com a maior concentração de bilionários da América Latina, somando 315 bilionários em 2020. (BARBEDO, 2022)

Durante a década de 1990, o Brasil também começou sua abertura comercial e financeira, juntamente com as privatizações de estatais, fortemente influenciadas pelo primeiro governo do FHC, e o que culminou em uma forte centralização de capital, por meio de aquisições, incorporações e fusões. O agronegócio também teve um grande salto em sua influência, a partir do segundo governo FHC e no Governo Lula, em razão da importância estratégica que as exportações passaram a ter para a dinâmica do modelo neoliberal, ao possibilitar-lhe um mínimo de estabilidade. (Idem, p.190)

O papel do governo também foi redefinido a partir do processo de desregulamentação e privatização das empresas estatais, o que favoreceu o capital privado. Adicionalmente, foi feita uma reforma administrativa para criar mecanismos de demissão e contratação de funcionários para além dos concursos públicos, e foram realizadas duas reformas da previdência social, a primeira durante o primeiro Governo FHC e a segunda no primeiro Governo Lula, redefiniram as regras de aposentadoria, reduzindo benefícios e direitos, em nome do equilíbrio fiscal, abrindo espaço para a atuação dos fundos (Idem, p.194 - 195). Dessa forma, o Estado começa a reduzir seu papel como um real influenciador do mercado e passa cada vez mais a ser o responsável por organizar e fiscalizar, mantendo o pleno funcionamento da economia para o setor privado lucrar cada vez mais.

Ainda no Governo Lula, e posteriormente seguido por Dilma Rousseff, os mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT) tiveram como foco utilizar da política econômica e social neodesenvolvimentista, que “reuniu não só a burguesia interna brasileira, mas também a baixa classe média, o operariado urbano e o campesinato, incorporando a massa de trabalhadores desempregados, subempregados, trabalhadores por conta própria e os em situação de pobreza” (SOUZA; HOFF, 2019).

Apesar de incluir classes sociais mais baixas, as medidas tomadas durante esse período ainda visavam garantir condições mais favoráveis para os detentores do capital, para garantir que todas as classes fossem favorecidas, foram tomadas algumas medidas primordiais nesses governos, que seriam:

a) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; b) forte elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada; c) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais (DALLA COSTA, 2012 *apud* BOITO, 2012, p.5); d) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica e e) incremento do investimento estatal em infraestrutura. (BOITO, 2012, p.5)

Ainda houve também políticas como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e mudanças no sistema de aquisição de imóveis e terrenos urbanos, por meio de políticas habitacionais que favoreceram as classes mais pobres e marginalizadas (SOUZA; HOFF, 2019). No governo Dilma ainda houve uma política para reduzir a taxa básica de juros e o spread bancário, para intervir no mercado de câmbio, assim, desvalorizando o real para baratear o investimento produtivo. (BOITO, 2012, p.5)

No segundo governo Dilma essas políticas foram enfraquecidas, por conta do alto desemprego e pressão governamental, o que acarretou transformações nas políticas habitacionais brasileiras, voltando-se para o modelo liberal. (SOUZA; HOFF, 2019).

A partir de 2014, o Governo Dilma sofre com o “[...] esfacelamento da estratégia desenvolvimentista ancorada no crescimento econômico com dinamização do mercado doméstico de consumo de massas e inserção social dos setores populares.” (PINHO, 2017, p.19 *apud* SOUZA; HOFF, 2019), decorrente da estratégia de contenção de gastos públicos e aumento de impostos adotada pela presidente. Assim, os principais prejudicados se tornaram as classes mais baixas, que vivenciam o corte em programas sociais, uma grande recessão econômica, a alta do desemprego, uma deterioração da renda e poder de compra e falta de recursos nas áreas da saúde e educação públicas.

Com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, Michel Temer se tornou o presidente do país, tendo em seu governo o caráter neodesenvolvimentista deixado de lado, para focar no resgate de políticas mais liberais.

Já em 2016, o governo adotou as medidas de austeridade, com a PEC 241/2016 (PEC do teto de gastos públicos), estabelecendo um limite para os gastos federais por 20 anos, o que diminui o poder do Estado em atender que os sistemas públicos funcionassem de forma adequada a população, além de aprovar a reforma

trabalhista e ainda outras propostas que limitam os gastos sociais. (SOUZA; HOFF, 2019).

Também houve a primeira proposta de reforma da previdência que entraria em vigor em 2019, já no próximo governo. Nela, foi proposto o aumento do tempo de contribuição de 15 para 25 anos e exigência de 40 anos de contribuição previdenciária para o acesso ao benefício integral (Idem), de forma que o trabalhador tenha que servir por mais tempo no mercado de trabalho, como forma de garantir seus direitos.

Ainda no Governo Temer houve propostas de privatizações, possibilidade de outras empresas utilizarem o pré-sal além da Petrobras, e a aprovação da Lei Ordinária {Lei nº13.429, de 31 de março de 2017 (BRASIL, 2017)}, que permite a terceirização de todas as atividades (SOUZA; HOFF, 2019), tais feitos mostram a perda de direitos dos trabalhadores e de poder do Estado a fim de favorecer o mercado privado.

Outro destaque nas medidas adotadas foi o fim da modalidade “Entidades” do programa Minha Casa Minha Vida, que era uma forma de garantir moradia digna à população de baixa renda, utilizando dos recursos do Orçamento Geral da União — OGU, depositados no Fundo de Desenvolvimento Social — FDS (CAIXA, 2018), o que prejudicou o acesso à uma casa por parte dessa classe social e abriu um novo espaço no mercado de construção civil para o mercado privado.

Ainda para minimizar o impacto da crise e aumentar o consumo foram disponibilizados os saques do dinheiro guardado no FGTS de contas inativas até dezembro de 2015, sendo este é um fundo com taxas de juros baixas e de contribuição obrigatória para trabalhadores formais, e que era utilizado, na maioria das vezes, como forma de financiar a habitação e saneamento da camada mais pobre da população (SOUZA; HOFF, 2019), dessa forma, para garantir certo aumento do poder aquisitivo para a população mais pobre, Michel Temer retirou uma das únicas formas que essa camada social tinha de financiar sua moradia, enquanto seu governo não minimizou o impacto de tal decisão.

Em 2018, Jair Bolsonaro venceu as eleições, começando seu mandato em 2019. O governo de Bolsonaro, com a forte figura de seu Ministro da Economia, Paulo Guedes, continuou com as políticas econômicas e sociais liberais iniciadas, principalmente com Michel Temer, a partir do processo de desmonte de políticas sociais e avançou nas privatizações de empresas estatais. Emergiu assim o

neoliberalismo em sua feição mais radical no Brasil” (SILVA; RODRIGUES, 2021, p.16)

A política de privatização do governo teve início com o anúncio de que 16 das empresas estatais teriam capital privado, como Correios, Telebrás, Eletrobrás, Casa da Moeda, entre outras (Idem). Porém, até junho de 2022 foram privatizadas a TAG (Transportadora Associada de Gás), BR Distribuidora e Liquigás, Ações do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) e Neoenergia, Campos de petróleo da Petrobras, Codesa (Companhia de Docas do Espírito Santo); foram retirados investimentos em posições acionárias de organizações da BNDES Participações S.A (BNDESPar), Banco do Brasil Caixa Participações (CaixaPar), Petrobras; foram extintas as empresas Companhia Docas do Maranhão (Codomar) e Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (Casemg); e a Eletrobras e o Porto de Santos estão com em processo avançado de privatização. (MARTENDAL, 2022)

No governo Bolsonaro também tivemos a perda do ganho real no reajuste do salário-mínimo, o valor começou a ser corrigido apenas com o valor da inflação, sem reais aumentos, algo que ocorria desde o primeiro governo Lula. (SILVA; RODRIGUES, 2021, p.16)

Outro movimento que marca o neoliberalismo desse governo é a retirada de direitos trabalhistas e incentivos aos donos do capital através da “Medida Provisória da Liberdade Econômica”, sancionada em 20 de setembro de 2019 que “dispensa de registro de ponto para empresas com até 20 empregados, a flexibilização de regras trabalhistas e a separação do patrimônio de empresas e sócios em casos de falência ou execução de dívidas.” (Idem, p.17).

Dessa forma observamos o avanço do Neoliberalismo no Brasil, presente desde a década de 1990 até os dias de hoje. Observamos que a partir das medidas tomadas, principalmente a partir do Governo Temer, há o fortalecimento das classes dominantes em detrimento do bem da sociedade em geral e de boas condições de vida para a população mais vulnerável, isso é feito através da retirada ou flexibilização dos direitos trabalhistas, da privatização de serviços públicos, dificultando o acesso universal e sem custos de diversos setores, e precarização de políticas sociais, dessa forma a população trabalhadora é submetida às condições cada vez mais precárias de trabalho, moradia, saúde e educação

3. O início das Relações Públicas

É com o surgimento das indústrias modernas e evolução do capitalismo, principalmente no início do século XX, que ocorre a criação da atividade Relações Públicas em países de capitalismo avançado (PERUZZO, 1982, p.15). Por conta do acúmulo de capital, surgimento de monopólios e falta de direitos trabalhistas, há o início de movimentos populares contra esses fatores, e “em meio ao fortalecimento da sociedade civil, com suas consequentes necessidades de discussão de temas relevantes e de mobilização política, que vai abrir espaço para o surgimento da atividade de Relações Públicas” (PINHO, 2008, p.22).

3.1. Como surgem as Relações Públicas no mundo

Foi nos Estados Unidos que as Relações Públicas tiveram início, em decorrência de aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, gerados, principalmente, pelo “expansionismo americano à época, a Guerra de Secessão e por fim a grande onda migratória intensificada pela chegada das hordas de irlandeses”. (PINHO, 2008, p.22). Nesse cenário há uma predominância da luta de classes, a presença do movimento sindical, as associações patronais e o desenvolvimento do capitalismo que formam um capítulo essencial e imprescindível para conhecer a gênese da profissão de Relações Públicas naqueles Estados Unidos do século XIX (id, 2008, p.22), assim, fazendo necessário entender os fatores principais que realizaram a expansão industrial do país.

O movimento expansionista estadunidense teve início na primeira metade do século XIX, com os territórios da Flórida, Lousianna, Alaska, Texas, Novo México, Califórnia, Utah, Arizona e Nevada sendo anexados ao país, “os três primeiros foram anexados pela via diplomática, mediante o pagamento de altas somas de dinheiro; já os territórios mexicanos foram agregados pelo uso da força.” (id, 2008, p.23).

Esses fatores contribuíram para que, a partir da segunda metade do século XIX, fossem formadas “as primeiras concentrações de trabalhadores em torno das cidades-polo do país” (id, 2008, p.23.) Ainda nesse período, houve também uma forte onda migratória na região “Entre 1865 e 1880 mais de 5.000.000 de imigrantes

encontraram lares permanentes ou temporários nos Estados Unidos, e entre 1880 e 1920 o número subiu para 23.500.000” (ROBERTSON, 1967, p. 466 apud SILVA, 2014, P.16), fator esse que fortaleceu e ampliou o exército de reserva necessário para a expansão do capitalismo industrial (PINHO, 2008, p.23.).

A expansão territorial americana serviu como um processo chave para o avanço da indústria no país, a partir da conquista do oeste, gerou-se abundância de recursos econômicos, que Pinho descreve como “elemento inibidor de crises trabalhistas” (id, 2008, p.23.). As fronteiras, além da questão monetária, representavam uma válvula de escape para os trabalhadores, que, segundo a Teoria da Fronteira, funcionavam como “possibilidade do direito de propriedade a terra, inibindo crises sociais e anseios revolucionários”. (id, 2008, p.23)

A Guerra de Secessão (1861 - 1865) foi outro acontecimento que contribuiu para o avanço da economia estadunidense, pois, durante esse período, houve uma “procura por fundos que indicou que era preciso alcançar fontes de recursos não exploradas anteriormente” (SILVA, 2014, p13.). Essas fontes de recursos foram alcançadas através de banqueiros investidores, eles criaram formas de negociar o financiamento de modo avultado do governo e da empresa comercial, gerando um monopólio de investimento (id, 2014, p 13), no qual os bancos determinavam a forma de investir, assim:

Dessa forma, nos Estados Unidos, [...], contemporaneamente ao processo de industrialização, desenvolvia-se um sistema bancário que potenciava o processo de investimento capitalista, centralizando e criando capital-dinheiro e desviando meios de produção para novos ramos de atividades. (BARBOSA, 2002, p. 228 apud SILVA, 2014, p.14).

Com a busca de novos territórios e abundância monetária na região, a questão da propriedade própria se torna um traço presente no perfil dos proletários americanos. A vontade de se tornar um proprietário de terra começa a ser uma característica dessa classe social:

pois o imaginário da época estava perpassado pela ideia da posse da terra, da aventura bem sucedida de tornar-se proprietário, o que, por sinal, delineou uma forte rejeição aos monopólios, cartéis e trustes, toda e qualquer organização do capital que pusesse em risco a esperança da distribuição de terras e o acesso de um grande número de cidadãos às benesses do capitalismo (PINHO, 2008, p.24)

Os fatores sociais e econômicos gerados durante o século XIX reforçaram o ideal americano de um sistema econômico liberal, marcado pela forte presença de uma economia competitiva, em que todos possuem a mesma possibilidade de ascensão social e de se tornarem donos de suas próprias terras.

Esses ideais geraram no movimento sindicalista uma falta de força para conquistar grandes reivindicações da classe operária. A falta de influência do movimento sindicalista estadunidense foi gerada pela grande imigração ocorrida no país, as expansões territoriais, e a filosofia liberal gerada pela abundância em recursos financeiros, que

refrearam as reivindicações da classe operária americana, a despeito do que ocorria na Europa nessa mesma época – palco de avanços dos movimentos operários após as revoluções liberais no período compreendido entre 1800 a 1848 – em que os princípios do socialismo direcionaram reformas econômicas e sociais profundas contra a desigualdade social. (PINHO, 2008, p.24).

Essa falta de força nesse período também se deve pela ausência do Manifesto Comunista, texto fundador da teoria marxista, traduzido nos EUA, este documento foi peça chave para que na Europa os trabalhadores se mobilizassem contra as condições de vida geradas pelas “crises econômicas, desemprego, falta de liberdade civil e política” (id, 2008, p.24). Com a chegada, em 1871, do Manifesto traduzido, houve um primeiro movimento para que os operários se unissem, com isso surge o “fantasma do comunismo” nos Estados Unidos.

A partir desse momento, o acesso aos ideais comunistas criou uma concepção sobre o funcionamento da sociedade e estado, “o Manifesto Comunista (1848), de Marx e Engels, indica a mudança de concepções abstratas e utópicas sobre a sociedade, para outras mais concretas e combativas” (MOTA, 1986, *apud* PINHO, 2006). Além da presença do material em solos estadunidenses, o movimento operário também foi impulsionado pela Comuna de Paris, ocorrida em 1871 “uma manifestação da luta de classes radicalizada, que expressou a supremacia da política proletária sobre a política burguesa” (VIANA, 2011, p.64).

Após esses eventos, o movimento sindical cresceu cada vez mais, em 1886, foi fundada a Federação Americana do Trabalho (FAT), contando com mais de 700 mil trabalhadores, e que “refutou a ideia de um único e grande sindicato, apostando na completa autonomia dos diferentes sindicatos, cada um deles possuindo sua constituição, seus regulamentos e métodos de negociação.” (PINHO, 2008, pg.26). Ainda no mesmo ano, ocorre a greve pela jornada de trabalho de oito horas diárias, que gerou impactos no mundo todo:

Este acontecimento marcou a história do sindicalismo mundial, pois levou o Congresso Americano a aprovar, em 1889, a lei de regulamentação da jornada de oito horas de trabalho. Também, em honra aos mártires de Chicago, o dia 1º de maio foi proclamado, pelo Congresso Operário Socialista de Paris, em 1889, como o Dia Universal do Trabalho. (PINHO, 2008, pg 26)

No último quartel do século, em 1877 ocorreu a greve dos trabalhadores da estrada de ferro, pela “luta pela expansão dos sistemas de negociações coletivas e aumento salarial” (PINHO, 2008, pg.26); e nos anos de 1883 e 1885 ocorrem mais duas grandes greves, a dos telegrafistas e dos ferroviários, respectivamente. (id, 2008, pg.26);

É com a atuação mais constante dos sindicatos e com a necessidade de mobilizar cada vez mais trabalhadores, que esses movimentos mudam sua atuação “para as atividades políticas capazes de mobilizar esforços e estratégias que melhorassem as condições gerais de trabalho” (id, 2008, pg. 27). Portanto, para atingir seus objetivos, os sindicalistas percebem a necessidade de afetar a opinião pública estadunidense em prol da causa, utilizando-se de estratégias de comunicação que atingissem as massas.

Em decorrência da mobilização mais estruturada dos sindicatos, as grandes indústrias (monopólios) norte-americanas, principalmente a do aço e de ferrovias, começam a adotar medidas anti-sindicais para frear esses movimentos, em razão de que nas últimas décadas do século XIX, os monopólios assumem um grande papel econômico e necessitam manter sua relevância no mercado.

No começo do século XX, já se viam grandes movimentações anti sindicais, como a criação da Associação Nacional dos Fabricantes, “que tinha também a finalidade de combater sindicatos por meio de medidas políticas e legislativas” (PINHO, 2008, pg.28); as estratégias adotadas por empresas como as da *United States Steel Corporation*, que, para repor a demissão de funcionários sindicalizados, preencheu as vagas com imigrantes da Europa Meridional, esses trabalhadores “não sabiam absolutamente nada sobre a fabricação de ferro e aço, mas foram o suficiente para lutar contra os sindicatos trabalhista” (PETERSON, 1953, p. 71, *apud* PINHO, 2008, pg.28).

Além das atuações de grandes empresas para frear as mobilizações dos operários, as mudanças nas dinâmicas trabalhistas geradas pela Teoria da Administração Científica, de Frederick Winslow Taylor (1856-1915), mais conhecido como taylorismo, foi “um duro golpe nos êxitos sindicais logrados até então” (PINHO, 2008, pg. 28).

O taylorismo nasce para otimizar a produtividade e aumento de lucro nas empresas, por meio de uma gerência científica do ambiente de trabalho, isso é “empenho no sentido de aplicar os métodos científicos aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão” (Braver-man, 1987, pg. 82 *apud* RIBEIRO, 2015, pg. 66).

Taylor propôs “a ideia de uma gerência que criasse, através de métodos de experimentação do trabalho, regras e maneiras padrões de executar o trabalho.” (RIBEIRO, 2015, pg. 66), portanto, a gerência seria a responsável por organizar os trabalhadores, processos, funções, e monitorar a efetividade de seus funcionários, sendo uma “proposta de intenso controle do trabalho” (RIBEIRO, 2015, pg. 66), na qual o gerente planeja e o operário executa.

A gerência também ganha um novo papel nessa nova organização dos meios de trabalho, a de impedir que os trabalhadores procrastinem para realizar seus trabalhos, que, segundo Taylor (1987 *apud* Ribeiro 2015) ocorria por três motivos

primeiro, o erro disseminado entre os trabalhadores de que o maior rendimento do homem e da máquina terá como resultado o desemprego de grande número de operários; segundo, o sistema defeituoso da administração e, terceiro, os métodos empíricos que fazem os operários desperdiçarem grande parte de seu tempo.

Com isso, gerência cada vez mais se apodera dos conhecimentos que antes eram dos operários, deixando apenas a função de executores, e “tornando-os meros operadores de tarefas simplificadas, sem a compreensão dos raciocínios técnicos” (RIBEIRO, 2015, pg.67).

Outro fator do taylorismo que afetou os ambientes de trabalho foi a questão da qualidade do trabalho ser centralizada na noção de tempo, o operário deveria ser rápido, preciso, constante, e submisso a sua função executora para que o sistema funcione da melhor forma, gerando a “importância do cronômetro como meio de medição, instrumento por excelência de uma suposta gerência científica” (RIBEIRO, 2015, pg. 68).

A partir da ampliação da presença desse sistema nas organizações, os sindicatos começaram a se mobilizar contra a gerência científica do trabalho. Nesse momento, os operários se opunham aos ideais tayloristas de dominação social, que visavam criar uma mão de obra apática, dócil e incapaz de se mobilizar, à medida que oferecia prêmios para recompensar a produção com “melhores salários, rechaçando as negociações coletivas e as conquistas oriundas das legislações trabalhistas” (PINHO, 2008, pg.29).

Essa tentativa de desumanização do trabalho “que agiu no sentido de subtrair a capacidade crítica, a consciência, a cidadania, a luta por direitos, tornando-o facilmente substituível e refém dos grandes monopólios”(id 2008, pg.29) fez com que os sindicatos se organizassem fortemente contra as novas dinâmicas de trabalho nas duas primeiras décadas do século XX. De acordo com Pinho (2008), a Federação Americana do Trabalho foi um dos principais combatentes dessa nova prática, além disso, houveram diversas revoltas e greves de trabalhadores contra os cronometristas e apontadores que monitoravam as execuções das atividades dos operários, exigindo o cancelamento de tais medidas; ainda no ano de 1912, por conta da atuação sindicatos, foi aberto um inquérito parlamentar contra Taylor; e durante os anos de 1910 à 1920, o número de sindicalizados cresceu de dois milhões para cinco milhões, devido aos novos operários semiqualeificados ou taylorizados começarem também a lutar pelos seus direitos.

É nesse cenário em que as Relações Públicas têm seu início: em meio a implantação da indústria moderna, de novos meios de gestão e controle do trabalho, de greves e de brigas “da indústria com os líderes do governo e escritores de fama” (Canfileld, 1970, v 1, pg.22, *apud* Peruzzo, 1982, pg.15).

Um dos principais acontecimentos que marcou o aparecimento da profissão, ainda que de forma sutil, foi a proclamação da frase “O público que se dane”, em 1882, por William H. Vanderbilt a um grupo de jornalistas sobre o interesse público a respeito de um novo trem expresso entre Nova Iorque e Chicago, e que, após a repercussão negativa de sua frase, tentou desmenti-la em entrevista ao “New York Times”, segundo Pinho (2008, p.30).

Apesar disso, foi atribuído a Ivy Lee o status de “Primeiro a colocar em prática princípios e técnicas de RP” (ANDRADE 1974, p. 6 *apud* PERUZZO, 1982, p.15). Sua atuação é marcada principalmente durante as primeiras décadas do século XX, por proteger “as grandes empresas e para os mais proeminentes magnatas daquele período” (PINHO, 2008, p.33). Nessa época havia um grande embate do grande público contra o *big business* (grandes negócios) americano,” acusado de aspirar monopólio, de mover uma luta sem quartel às pequenas e médias empresas, de combater sem olhar a meios” (PERUZZO, 1982, p.16); ainda nesse período era comum também a atuação de *muckrakers* (exploradores de escândalos), que denunciavam a corrupção privada e pública em “reportagens e artigos em pequenos opúsculos, revistas e jornais” (PINHO, 2008, p.33). Outro fato de destaque foi que a

atividade das Relações Públicas ganhou relevância durante o período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), na qual o comércio exterior dos EUA “passou de 435 milhões de dólares em 1914 para 3,56 bilhões em 1917” (ARRUDA, 1974, p. 302 *apud* PERUZZO, 1982, p.16).

O trabalho de Ivy Lee como relações-públicas, se inicia ao criar “o primeiro escritório mundial de Relações Públicas, em Nova Iorque, em 1906” (LEITE, 1971, p.5 *apud* PERUZZO, p.15). Logo em 1909, “tornou-se o responsável pelo setor de divulgação e propaganda da Pennsylvania Railroad (PINHO, 2008, p. 34)”, na qual sua função era a de persuadir a opinião pública para torná-la favorável às causas de seu contratante, o que mostra a função política e estratégica das Relações Públicas, advindas das necessidades geradas na sociedade americana por conta “de mobilizações e reivindicações ocorridas, essencialmente, na esfera política.” (PINHO, 2008, p.32).

Ivy Lee continua na Pennsylvania Railroad até dezembro de 1914, nesse período ele começa a trabalhar com a família Rockefeller e tem uma de suas atuações de destaque como RP em meio a “greve sangrenta da Colorado Fuel and Iron Co.” (ANDRADE, 1977 p.6 *apud* PERUZZO, p.17)”, durante esse acontecimento, os Rockefeller foram “detratados pela imprensa norte-americana, em decorrência dos maus tratos impingidos aos grevistas” (PINHO, 2008, p.34).

Para mitigar os estragos causados à imagem da família, Ivy Lee trabalha “a imagem pessoal de John Rockefeller” (PINHO, 2008, p.34). Para isso, ele realiza uma série de estratégias: dispensa os agentes de segurança que acompanhavam os Rockefellers ; em seguida, abre as portas da organização para a imprensa e admite o diálogo com líderes da comunidade e do governo; por fim, ergue fundações filantrópicas, centros de pesquisa, universidades, hospitais, museus e concede bolsas de estudo (LEITE, 1971, p.6 *apud* PERUZZO, 1982, p.17). Com todo esse trabalho, Rockefeller passa de “o homem odiado pela opinião pública consciente de seu país (...) em herói, em santo” (LEITE, 1971, p.6 *apud* PERUZZO, 1982, p.17), essa transformação foi fruto de um trabalho planejado de Relações Públicas e fez com que a profissão ganhasse notoriedade.

A limpeza da imagem da família Rockefeller e o cenário descrito nos EUA escancaram as necessidades que foram supridas pelo surgimento das Relações Públicas, visto que, elas nasceram “num contexto em que os antagonismos de classe se evidenciam e que elas se posicionam a favor do capital.” (PERUZZO, 1982, p.17).

O papel da profissão e seu desenvolvimento, em primeiro momento, é servir ao patronato e agir de forma estratégica e planejada, para manter as relações de dominação por parte da classe dominante:

Enquanto o sindicalismo se fortalecia e organizava, tendo como meta conscientizar trabalhadores e sociedade, o patronato desenvolvia toda uma série de conhecimentos e estratégias voltadas para salvaguardar seus interesses, como a criação de movimentos e associações patronais e o financiamento de teorias administrativas com a consequente elaboração de técnicas capazes de implantar tais pressupostos teóricos. (PINHO, 2008, p.35)

Já na segunda década do século XX, a situação política dos EUA fica ainda mais delicada, o país enxergou um temor ainda maior no comunismo após a Revolução Russa (1917 - 1923), que provocou “a solidificação de vários grupos da ala esquerda, como os sindicalistas, anarquistas e radical-socialistas” (PETERSON, 1953, p.82 *apud* PINHO, 2008, p.36), e a criação do Partido Comunista Americano em 1919.

Na terceira década do século, Edward Bernays, um dos responsáveis pela disseminação das Relações Públicas em empresas privadas, publica em 1923 a primeira edição do livro *Crystallizing public opinion*, que foi “considerado por muitos a primeira obra sobre Relações Públicas” (BACKER, 2011, p.24), por atribuir a profissão o fator da responsabilidade social, e de “posse de conhecimentos gerados pela ciência social para entender a opinião e motivação pública e as técnicas de Relações Públicas (idem).

Bernays ganha destaque por ajudar a popularizar a profissão nos EUA, através de seus estudos e publicações sobre a manipulação da massa e da opinião pública através da aplicação de diferentes técnicas em suas estratégias de comunicação, de acordo com Antunes (2009, p.6 *apud* BACKER, 2011, p.24), ele utilizava “da psicanálise, psicologia, sociologia e jornalismo”. Bernays ainda criou o método assimétrico de duas mãos, nele a persuasão dos públicos e a resposta que eles dão a esses estímulos são os pontos centrais, para ele “se compreendermos o mecanismo e os motivos do cérebro do grupo, é então possível controlar e arregimentar as massas de acordo com a nossa vontade sem as massas se darem contas” (ANTUNES, 2009, p.6 *apud* BACKER, 2011, p.24-25). A persuasão, apesar de muitas vezes ser considerada antiética, começa a ser uma prática utilizada tanto por Ivy Lee, quanto por Bernays, para trabalhar os públicos com base nos interesses da organização, mas respeitando o interesse maior do público (BACKER, 2011, p.25).

Outra técnica muito utilizada por Bernays é a do *spin*, que consiste em rodear um problema sem tocar diretamente no assunto, e que é amplamente utilizada em

debates políticos, gestões de crises e entrevistas, por exemplo. Esses e outros feitos o fazem ser um “Ícone das Relações Públicas, pois inovou sobremaneira o processo de se pensar a área” (idem), além de criar direcionamentos para a evolução da área ao longo do tempo.

Ainda nessa década, houve também a crise de 1929, gerada após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ter transformado o país em uma potência mundial, “substituindo os países europeus na hegemonia política, econômica e militar de todo o mundo.” (PERUZZO, 1982, p.18). Durante esse período, os Estados Unidos produziam uma grande quantidade de produtos alimentícios, manufaturados, combustíveis etc., para abastecer, principalmente, os países em guerra, com o fim dela, a demanda por produtos exportados diminuiu e o “mercado interno norte-americano viu-se abarrotado de produtos que não conseguia absorver.” (id, 1982, p.18). Foi instaurada então uma grande crise, na qual muitos empresários foram à falência e houve fortalecimento dos monopólios.

O governo, então, viu-se na necessidade de criar medidas no país, com o intuito de diminuir as crises sociais, que poderiam gerar revoluções comunistas, e frear a ascensão de regimes totalitários, de acordo com Pinho (2008, p.36). Uma das formas de atingir esse objetivo era tornar a opinião pública favorável ao governo:

Com a grande crise de 1929, a informação deixou de ser um luxo: tornou-se uma necessidade. Abraham Lincoln tinha-o dito: “Com a opinião pública nada pode malograr; sem ela nada pode resultar bem”. Esse apelo à opinião pública tornou-se especialmente urgente pela existência de mais de doze milhões de desempregados. Não é fácil recordar de que uma revolução iminente tenha podido ameaçar os americanos da década de 30. (CHAUMELY, 1964, p.12 *apud* PINHO, 2008, p.36)

A partir da década de 30, com Franklin Roosevelt (1882-1945) assumindo a presidência do país, foi instaurado o “New Deal” (nova política), como forma de restaurar a economia de forma que “o Estado e os interesses privados estreitam os vínculos, de sorte que a acumulação adquire uma nova fisionomia.” (PERUZZO, 1982, p.19).

Com a nova política, os preços dos produtos foram estabilizados, impedindo o aumento descontrolado da produção e fixando o preço de setores com grandes excedentes - “a agricultura, o petróleo, o carvão” (id, 1982, p.19). O governo iniciou também uma política de empréstimos para os fazendeiros endividados; criou um órgão de controle de crédito no país, controlando os empréstimos “federais e instituições públicas ou particulares, expandindo ou diminuindo o crédito no país” (id, 1982, p.19). Para os operários, houve a aprovação de diversos direitos trabalhistas:

fixaram os salários-mínimos e determinaram períodos máximos de trabalhos por dia; proibiram o trabalho infantil; legalizaram as organizações sindicais, “que ficaram incumbidas de negociar os contratos coletivos de trabalho” (id, 1982, p.19); a previdência social também foi melhorada, o governo se responsabilizou pelo bem-estar dos trabalhadores em caso de invalidez, velhice ou desemprego. Outra medida para os trabalhadores foi a criação de diversas obras públicas, com o objetivo de diminuir o desemprego, e de grandes instituições governamentais, que absorveram parte da mão de obra ociosa. Muitas novas residências foram construídas com ajuda governamental.” (id, 1982, p.19).

Além de medidas que beneficiaram os trabalhadores e operários, o governo criou garantias aos investidores, por meio da criação de um fundo para garantir os depósitos nos bancos, salvos de possíveis falências; também foi fundado um banco para financiar exportações e que pudesse conceder créditos a outros países. “A indústria de energia elétrica passou a ser mais controlada pelo Estado e foram ampliadas as fontes de energia hidrelétrica” (id, 1982, p.19).

Nesse período surgem os serviços de imprensa nas organizações governamentais, de forma que Roosevelt mantivesse um canal direto de comunicação com o povo sobre as atividades criadas pelo governo, foi elaborado um evento semanal, transmitido por rádio, no qual “os jornalistas eram credenciados e recebidos pelo presidente Roosevelt na Casa Branca para coletivas de imprensa” (BACKER, 2011, p.25). Outra medida chave do presidente foi a aplicação das primeiras pesquisas de opinião pública, para medir a satisfação da população frente às ações realizadas através do *New Deal*.

Por meio dessas medidas é observada a aplicação de técnicas de Relações Públicas, tanto para disponibilizar as informações sobre a situação do país durante a crise, quanto na “ideia central de que o interesse público e o interesse privado deveriam coincidir exatamente” (TEOBALDO, 1977, p.8 *apud* PERUZZO, 1982, p.20), de forma que o país sobrevivesse a crise, ao mesmo tempo que manuseava a opinião pública, de forma que ela se mantivesse favorável aos direcionais tomados por Roosevelt durante o “New Deal”. Nesse momento, é considerado haver uma “‘revolução das Relações Públicas’, em decorrência da assimilação da profissão pelo setor governamental, acabando por verdadeiramente legitimar a atividade de Relações Públicas”. (PINHO, 2008, P.39)

Após as grandes conquistas da profissão na primeira metade do século XX, foi com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945,

as relações nos Estados Unidos da América alcançaram um estágio de progresso e de aceitação muito grande, e isso refletiu no surgimento de grandes empresas e consultorias de Relações Públicas que se perpetuam até os dias de hoje (História das Relações Públicas nos Estados Unidos, 2010, *apud* Backer, 2011, p.25)

Esse é o caso da Burson, Hill & Knowlton e a Edelman, agências especializadas em comunicação que atendem outras empresas na elaboração de suas estratégias de Relações Públicas, publicidade e comunicação, e que já possuem atuação em diversos países do mundo, inclusive no Brasil. É ainda nessa época que nascem colégios e universidades com cursos de Relações Públicas, é o caso da “Escola de Relações Públicas e Comunicação da Universidade de Boston, criada em 1947” (BACKER, 2011, p.24)

3.2. Como surgem as Relações Públicas no Brasil

A situação política e econômica vivida nos EUA quando surgem as Relações Públicas e Ivy Lee começa a aplicar técnicas de Relações Públicas não era diferente de outros países (KUNSCH, 2017, p. 14).

No Brasil não seria diferente, de acordo com Kunsch (2017, p.14) logo no começo do século XX o país já sofria os impactos do avanço da urbanização e industrialização, incentivadas pelo recente Governo da República, proclamada em 1889, esse processo chegou ao seu ápice com a chegada de imigrantes procedentes da Europa e Ásia. Durante esses acontecimentos a capital paulista já via o movimento sindicalista ganhar força, no qual o “combustível era canalizado pelas páginas da imprensa operária. Trata-se de episódio emblemático por meio do qual transparece o acirramento dos conflitos entre as classes sociais do Brasil”. (MELO, 2007, p.27-28 *apud* KUNSCH, 2017, p.14). Foi através da conscientização das classes trabalhadoras, que começaram a surgir as discussões sobre “problemas sociais e políticos, bem como a divulgação de informações internacionais, entre outros fatores.” (FERREIRA, 1978, p.48 *apud* KUNSCH, 2017, p.14-15), fator importante para uma mobilização mais organizada fortalecida por parte dos operários brasileiros.

É nesse cenário que em 30 de janeiro de 1914, o mesmo ano em que Ivy Lee é contratado pela família Rockefeller, nasce o primeiro departamento de Relações Públicas no Brasil, criado pela Light & Power Co, LTD (KUNSCH, 2017, p.15), hoje

em dia sucedida pela Enel, “na tentativa de reduzir os conflitos que se avolumavam nos setores de energia elétrica e de água potável, cujo monopólio comercial lhe fora outorgado pelo governo brasileiro” (MARQUES DE MELO, 2007, p.27 *apud* KUNSCH, 2017, p. 15). O primeiro responsável por dirigir o departamento, foi Eduardo Pinheiro Lobo, sendo incumbido da missão de “manter a opinião pública paulista informada sobre as ações da Light”. Na época havia muitos protestos populares contra os serviços oferecidos pelas empresas estatais, cuja baixa qualidade trazia grandes insatisfações no seio dos consumidores” (BREGUÉZ 2010 *apud* BACKER, 2011, p.39)

Steffen (2008, p.91) ressalta que durante esse período de criação do primeiro departamento de Relações Públicas no Brasil, o país passava pelo período da Velha República (1889-1930), que evidenciava uma série de limitações ao progresso industrial e às manifestações democráticas, pois, o acesso ao poder dos técnicos era representado por militares, engenheiros e médicos, restringindo as decisões à essas classes, e criando obstáculos para a democracia, já que “Os militares, sobretudo, simpatizavam com o tipo de pensamento que dispensava muita gente de dar opinião e participar do processo decisório. Também os governos civis apreciavam a ideia e os benefícios dela advindos” (CALDEIRA, 1997, p. 244, *apud* STEFFEN, 2008, p.91). Dessa forma, as Relações Públicas, serviam, de forma geral, para realizar o controle da informação e aplicar as estratégias de manipulação do governo (STEFFEN, 2008, p.91) com o intuito de manter as classes dominantes no poder.

Com o passar dos anos, os entraves para o avanço do país começam a se dissipar, e a indústria de base no país começa a ganhar mais forma. Peruzzo (1982, p.21) relata que os estudos das relações humanas no trabalho surgem com a grande indústria e seus problemas de administração de pessoas, nisso, as indústrias de base, por se situarem como ferramentas principais do desenvolvimento industrial da época, enfrentam:

sérios problemas que recomendam o emprego da moderna técnica de ‘Relações Públicas’. As proporções de suas instalações, o vulto de seus capitais e rendimento financeiro, assim como o fato de ocuparem uma posição chave em qualquer quadro econômico, fazem com que sobre as indústrias de base (...) [são] na maioria dos casos o resultado de conjugação do emprego de capitais públicos e privados, as chamadas empresas de economia mista. Isto ocasionou uma duplicação dos problemas pelo aumento de ‘públicos’ a atender pelas empresas, já que a existência de dinheiro do governo induz todas as camadas populares a atentarem para a vida das empresas. (JAMESON, 1962, p.184 *apud* PERUZZO, 1982, p.21)

De acordo com Steffen (2008, p. 92-92) foi a partir de 1930 que, por conta da crise mundial de 1929, o Brasil passa a ser uma sociedade urbana, proporcionando a

evolução e aumento de importância do setor industrial e da esfera da comunicação de massa para amenizar a diversidade de opiniões, deixando-as favoráveis às decisões do governo.

Durante esse período, o Brasil viveu a Era Vargas (1930-1945), e nesse período, Vargas cria uma série de medidas para frear a ferocidade dos movimentos trabalhistas, já que antes de 30, o clima de tensão era intenso “Houve greves, lutas, sangue, desespero, prisões, mortes” (MORAES FILHO, 1952, p.214 *apud* PERUZZO, 1982, p.21). Ou seja, o movimento operário era caracterizado por grande combatividade e atos revolucionários para abalar a classe dominante, segundo Peruzzo (1982, p.21).

Com o intuito de amenizar os ânimos e o clima de conflito, Getúlio Vargas atende algumas reivindicações dos trabalhadores, antecipa outras, dessa forma o estado se insere nas relações de classes, “como poder moderador, de modo a favorecer a constituição e a consolidação do capitalismo industrial” (PERUZZO, 1982, p.22). Dessa forma, o Estado mantém um ambiente sem conflito entre classes sociais, de forma que a expansão do capitalismo e a industrialização ocorram de forma fluida, exemplificado por Getúlio Vargas com a fala:

Os frutos dessa legislação foram, exatamente, aqueles que permaneciam latentes no espírito e no coração do trabalhador brasileiro; extinguiram-se as desconfianças recíprocas; terminou a luta de classes. O patrão já não vê no operário o elemento hostil, sempre pronto ao negativismo e à sabotagem pela falta de confiança que lhes inspiravam os chefes. Por sua vez, o operário já não considera o patrão como um superior violento e disposto a usurpar-lhe e negar-lhe até os direitos mais elementares. Estabeleceu-se o um clima de cordialidade e de confiança entre o elemento patronal e o operariado. E esse clima de confiança e cordialidade permitia que fossem atendidos os desejos máximos do Governo – que as leis da organização social fossem o fundamento do equilíbrio entre o capital e o trabalho (PERUZZO, 1976, p.71 *apud* PERUZZO, 1982, p.22)

Ainda para alcançar o objetivo de manter a paz entre classes, Getúlio Vargas criou também o DIP – Departamento de imprensa e Propaganda – no ano de 1939, utilizado no controle da informação e “para a difusão do getulismo, símbolo de uma nova era, de democracia econômica e social, de compreensão entre as classes e de amparo aos humildes” (PERUZZO, 1982, p.22). Depois desse momento, a classe trabalhadora fica envolta de técnicas de controle e por instituições governamentais, para que ficassem a favor da consolidação do sistema que Vargas desejava, dessa forma eles perdem “o caráter combativo de anos anteriores” (PERUZZO, 1976, p.71 *apud* PERUZZO, 1982, p.22).

Com o cenário desenhado, a indústria de base começa a criar força, principalmente a partir de 1941, com a “Instalação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro” (PERUZZO, 1982, p. 21), empresa que foi financiada com a ajuda dos Estados Unidos. Nessa década as Relações Públicas “iniciam um processo de desenvolvimento ligado à preparação do progresso industrial” (STEFFEN, 2008, p.92), depois de frearem os embates entre trabalhadores e patões, Getúlio Vargas prepara uma série de condições para que o avanço industrial ocorra, “tratando a questão social com ampla legislação” (PERUZZO, p.23). Durante o início da década de 40 é instituído o salário-mínimo, a jornada de trabalho de 8 horas diárias, sistema de férias e todas as conquistas sociais unificadas na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho – publicada em 1º de maio de 1943, em tais medidas é possível observar a influência do “New Deal” nas ações de Vargas para solidificar um cenário econômico e social.

Ainda nessa época são permitidos a criação de sindicatos, porém de forma controlada pelo Estado, para que fosse abolido “o confronto direto entre capital e trabalho e o Estado assume a intermediação” (idem, p.23). Dessa forma, o governo se mantém como um órgão controlador e acima de todas as classes. Através dessas medidas para alcançar a harmonia social, segundo Peruzzo (1982, p.23), Getúlio Vargas se mostra um grande Relações Públicas, já que cuidava dos interesses dos trabalhadores e do capital em geral.

Nas duas décadas seguintes, observa-se um forte esforço do governo de manter as medidas realizadas por Getúlio Vargas, a fim de favorecer o avanço industrial, enquanto fortalece a esfera pública, e exerce “controle sobre as relações trabalhistas e ações sindicais” (STEFFEN, 2008, p.93). Para garantir o sucesso e suprir a necessidade dos públicos, principalmente dos movimentos populares, o governo determina “a criação de serviços, definindo atividades de Relações Públicas para promover boas relações com o público e demais órgãos da administração pública. (STEFFEN, 2008, p.93).

Com isso, nos anos 50, movidos pela grande prosperidade econômica advinda do Governo de Juscelino Kubitschek, as atividades de Relações Públicas ganham ainda mais força: há a criação do primeiro departamento de Relações Públicas na Companhia Siderúrgica Nacional, em 1951 (idem, p.93-94); em 1952, é criada a primeira empresa de Relações Públicas No Brasil, a Companhia Nacional de Relações Públicas e Propaganda (idem, p.94); em 1953 é realizado o primeiro curso de

Relações Públicas no Brasil por meio de uma parceria com a ONU (PERUZZO, 1982, p.20); e a ABRP – Associação Brasileira de Relações Públicas – foi fundada em julho de 1954 (CHAVES, 1962, p.30 *apud* PERUZZO, 1982, p.21).

Nesse cenário, se evidencia a chegada constante de empresas multinacionais no país, principalmente da área automobilística, outro fator que potencializa a profissão de Relações Públicas no Brasil, já que, segundo Backer (2011, p.43), a profissão foi concebida e expandida com o objetivo de atender essas empresas, gerindo o relacionamento entre as organizações e públicos.

Já o início dos anos 60 é marcado pelos avanços econômicos e crescimento das multinacionais em solo brasileiro, contribuindo para que a atividade de Relações Públicas tenha sido oficialmente reconhecida pela Federação Interamericana de Associações de Relações Públicas (FIARP) (STEFFEN, 2008, p. 94). Com a implantação da ditadura militar em 1964, a profissão vê seu desenvolvimento interrompido por não conseguir gerir “o relacionamento entre as organizações - públicas e privadas - e os diversos segmentos de público” (STEFFEN, 2008, p. 94).

Apesar disso, em 1967 é criado o primeiro curso de Relações Públicas com nível de graduação no país (idem, p.95). Ainda no mesmo ano é concebido o Ministério das Comunicações e o Departamento de Relações Públicas para servir de instrumento de reprodução da ideologia militar, durante esse período há um foco em propagandas institucionais com o intuito implantar a mentalidade da segurança nacional, como o famoso slogan do Brasil, “Ame-o ou deixe-o” (idem, p.96).

Nos anos 70, as empresas públicas e privadas, já possuíam departamentos de Relações Públicas, sendo responsáveis por eventos, cerimonial, reação de discursos, e outras atribuições. É ainda nessa década que nascem as primeiras agências de Relações Públicas.

Já nos anos 80, Backer (2011, p.44) destaca três fatores como fundamentais para o fortalecimento da atividade: as transformações econômicas, a abertura política e o desenvolvimento da produção científica. Em 1981 foi criado o primeiro sindicato da profissão, no Rio Grande do Sul, “seguido pelo Rio de Janeiro, em 1984 e São Paulo - com o surgimento dos Profissionais Liberais de Relações Públicas (Sinprorp), em 1985” (idem). Há também o nascimento das entidades do setor para alavancar a profissão: a Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP); a Associação Brasileira das Empresas de Relações Públicas (Abep); a Associação Nacional das

Empresas de Comunicação Empresarial (Anece); e o Sindicato das Agências de Comunicação (Sinco);

Na década de 90, houve uma grande mobilização para a modernização da profissão, surge o movimento chamado “Parlamento Nacional de Relações Públicas”, idealizado pelo Conselho Federal de Relações Públicas (Conferp), entre os anos de 1993 e 1997. Durante esse período, houve um

esforço nacional, realizado organizadamente, com o intuito de modernizar a atividade, adequando-a às exigências dos novos tempos. (...) Ao longo de mais de quatro anos, os profissionais de Relações Públicas tiveram a possibilidade de manifestar suas dúvidas, inquietações, insatisfações e posicionamentos. (BACKER, 2011, p.45)

Foi durante essa década que o Brasil começou seu processo de globalização, principalmente com os mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, de 1995 até 2002, centrado na política econômica do neoliberalismo, com “a abertura da economia, eliminação de barreiras aos investimentos estrangeiros, diminuição da participação do Estado na economia e maior autonomia ao setor privado por meio de programas de privatização” (idem).

Havia a chegada de novas empresas multinacionais e o início de um processo de terceirização das áreas que não fossem o carro chefe dos negócios. O setor de comunicação das organizações começa a ser de responsabilidade de agências contratadas, que nasceram com o intuito de suprir uma necessidade no campo da assessoria de imprensa, mas que logo sofreram uma reconfiguração em seu escopo de atividade, passando a também realizar o planejamento de comunicação, comunicação interna e externa. (idem, p.46)

O desenvolvimento das Relações Públicas no Brasil evidencia um alinhamento da profissão em manter o domínio e controle da classe dominante sobre as classes trabalhadoras, por meio de técnicas de comunicação e estratégias que amenizem os anseios por mudanças e melhorias de vida por parte dos trabalhadores. A medida em que a profissão e todo o setor de comunicação se adaptam para que as empresas sejam sempre bem atendidas, independentemente de sua necessidade, com o objetivo de manter os públicos se mantenham favoráveis às ações tomadas por elas.

4. Estudo de Caso - Reforma da Previdência na Mídia: Carta Capital & Exame.

Ao longo deste trabalho foi explorado o funcionamento e evolução do sistema econômico neoliberal e o surgimento e função das Relações Públicas, principalmente

no contexto capitalista. As Relações Públicas se mostram presentes nesse cenário como forma de manter a ordem e persuadir a opinião pública de forma favorável a situações ou decisões sensíveis de organizações perante à sociedade, já que

A opinião pública é definida desde o início em termos dessa manipulação, com ajuda da qual os detentores de poder político devem tentar 'harmonizar as disposições de uma população à doutrina e estrutura política, ao tipo e aos resultados do processo de decisão corrente'. A opinião pública também é objeto da dominação quando conduz a concessões e reorientações por parte desta. (HABERMAS, 1977, p.194)

Com isso em mente, durante esse capítulo será estudado o papel de dois veículos de mídia, a Exame e a Carta Capital, na cobertura da nova reforma da previdência, um dos grandes marcos do atual neoliberalismo brasileiro, e como ela foi retratada em conteúdo de ambos os sites. Esses objetos de estudo foram escolhidos pois as grandes mídias funcionam como ferramentas para reforçar e explicar a tradição e novos papéis na sociedade, além de serem uma “garantia de que um conjunto de valores básicos e permanece visível, constituindo fonte contínua de consenso, não obstante a introdução de mudanças” (BREED, 1977, p.217). Além disso, também entenderemos as diferenças de mensagem das publicações entre esses veículos de comunicação, já que que eles escolhem o que e como publicar materiais que possam moldar a opinião pública em relação a esse acontecimento, pois também podem ser “meios de manipulação” que “permitem ao governo e aos seus órgãos agir em face de uma realidade constituída pela reação dos principais atingidos pela política.” (HABERMAS, 1977, p.194)

4.1 Objetivo Geral

O estudo tem como objetivo geral compreender as diferenças na mensagem construída por dois veículos de comunicação sobre a reforma da previdência de 2019 e entender como o posicionamento das figuras políticas relacionadas a esse processo governamental é retratado, e como isso pode influenciar a opinião pública.

4.2. Objetivos específicos

- Discutir sobre o papel da mídia na formação de opinião pública;
- Entender o posicionamento e discurso das figuras políticas nesses veículos de comunicação;
- Compreender as diferenças entre os posicionamentos em medidas neoliberais e como as Relações Públicas estão presentes nesse cenário.

4.3. Metodologia

Será utilizado o estudo de caso para a condução deste capítulo, pois o método nos ajuda com “a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos.” (YIN, 2001, p.17). Além disso, segundo Yin (2001) essa metodologia também se mostra útil para entender o “como” e “por que” de um acontecimento contemporâneo.

Para esse estudo serão analisadas reportagens publicadas entre os meses de agosto e dezembro de 2019 da Exame e da Carta Capital, que citam a Nova Previdência em seu conteúdo. Esse espaço de tempo foi delimitado pensando na cobertura de notícias dos 3 meses que antecederam a publicação da Emenda Constitucional nº 103, em 13 de novembro de 2019, e no mês posterior, pois nesse período houve o maior volume em um curto espaço de tempo a respeito do tema.

A análise de conteúdo do texto também será feita a partir das palavras mais utilizadas nos veículos em suas reportagens. Através desse método entenderemos as codificações por meio das unidades de registro, que são definidas por Baldin (1977, p.82-83) como uma forma de compreendermos o tipo de discurso empregado. Nesse estudo serão consideradas apenas as palavras com mais de três letras, e que se relacionam com o tema de opinião pública, sendo em sua maioria da classe de substantivos e adjetivos. Para interpretarmos o resultado desse levantamento utilizaremos da análise categorial que:

considera a totalidade do texto na análise, passando-o por um crivo de classificação e de quantificação, segundo a frequência de presença ou ausência de itens de sentido. É um método de gavetas ou de rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem (OLIVEIRA, 2008, p. 3 *apud* MARTINS, 2014, p.52).

4.4. O que é a nova previdência

Antes de seguir com a análise da cobertura dos dois veículos de comunicação, é necessário entender o que é a nova previdência, e, para isso, será utilizado o próprio site do governo brasileiro como base para explicação.

Como citado anteriormente, a reforma da previdência foi uma medida de mudança no sistema previdenciário brasileiro, que foi proposta por Michel Temer, em

2016, mas que foi promulgada, com alterações, em 2019 no governo de Jair Bolsonaro. Essa medida foi tida como uma “reestruturação histórica’ pelo secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, ela vai gerar uma economia de cerca de R\$800 bilhões aos cofres da União, em 10 anos” (BRASIL, 2020).

O primeiro ponto foi a mudança na idade mínima de tempo de contribuição, para os trabalhadores da iniciativa privada, em municípios sem sistema previdenciário próprio, a regra geral é de, 15 anos de contribuição e 62 anos de idade para mulheres, e 20 anos de contribuição e 65 anos de idade para homens (Idem). Antes não havia idade mínima, eram apenas necessários 35 anos de contribuição para homens e 30 para mulheres. Já para trabalhadores rurais, foi mantido o tempo de contribuição de 15 anos e idade mínima de 55 anos para mulheres e 60 para os homens.

Também houver alterações no cálculo do benefício, a idade mínima permite aposentadoria com 60% da média de contribuição, com aumento de 2 pontos percentuais a cada ano a mais de contribuição, dessa forma, a média de contribuição para receber 100% do valor é de 35 anos para mulheres e 40 anos para os homens (Idem). Anteriormente o valor recebido era equivalente a média de 80% dos maiores salários do trabalhador desde julho de 1994 ou do começo da contribuição para o INSS.

A alíquota paga também foi alterada, na nova previdência os valores pagos variam entre 7,5% e 14% de acordo com a renda, anteriormente o valor pago variava entre 8% e 10%, com base na renda recebida (Idem).

Há alterações na regra de acúmulo de benefício, no qual a pessoa irá receber 100% do benefício de maior valor e um percentual da soma dos demais, variando de acordo com o valor: “100% do valor até um salário-mínimo; 60% do valor que estiver entre um e dois salários mínimos; 40% do que estiver entre dois e três salários; 20% entre três e quatro salários mínimos; e 10% do que ultrapassar quatro salários mínimos” (Idem), anteriormente, não havia esse limite no valor dos benefícios acumulados.

Outra grande mudança na previdência foi a aposentadoria decorrente do sistema de pontos, realizada pela soma da idade e do tempo de contribuição do trabalhador. Até 2019, os homens poderiam se aposentar com 96 pontos e mulheres com 86 pontos; a partir de 2020, os homens precisarão de 96 pontos + 1 ponto por ano, até o limite de 105 pontos em 2028 e 35 anos de contribuição para o INSS,

enquanto as mulheres precisarão de 86 pontos + 1 ponto por ano, até o limite de 100 pontos em 2033, e 30 anos de contribuição para o INSS (Idem).

Essas foram as principais alterações no sistema previdenciário, que, de modo geral, impactam a população brasileira. Ainda houve diferenciações das regras dependendo da categoria trabalhista, tendo como foco as regras para servidores públicos, professores e militares, porém elas seguem a mesma ideia de dificultar a aposentadoria para o trabalhador, enquanto poupa recursos para os cofres públicos.

4.5. Carta Capital

A Carta Capital foi um dos jornais escolhidos por ter uma abordagem progressista e com maior inserção do posicionamento políticos de seus escritores, em seu próprio site, o veículo descreve seu trabalho como um “Jornalismo crítico e transparente” (Carta Capital, 2022) no qual você encontrará “Notícias sobre política, economia e sociedade com viés progressista.” (Idem).

Foram encontradas seis notícias e uma nota oficial do Governo Federal sobre a reforma da previdência no período estipulado para o estudo. A primeira delas, “Texto-base da reforma da Previdência é aprovado na CCJ do Senado.” datada de quatro de setembro, nela o foco dado é à aprovação do texto base no Senado.

Na própria matéria podemos destacar a citação das alterações feitas no documento que já havia sido aprovado anteriormente pela Câmara dos deputados. Algumas das alterações foram a criação da “PEC paralela” para incluir a participação de Estados e Municípios, e a estipulação de um valor mínimo de pensão por morte, de pelo menos um salário mínimo, o que antes seria de 60% de um salário. Também são citadas duas entrevistas, a primeira do senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), que mesmo favorável à reforma diz: “É evidente que não seria adequado, ideal, uma reforma da Previdência. Mas, lamentavelmente, ou até felizmente, sob certo aspecto, as circunstâncias os compelem.” (OHANA, Carta Capital, 2019); e para encerrar a matéria, Fabiano Contarato (Rede-ES), contrário à reforma, diz:

Quem será o verdadeiro prejudicado com a reforma da Previdência? É você, dona de casa, é você que está desempregado, é você, motorista de ônibus, é você, pedreiro. São mais de 25 milhões que estão desempregados, subutilizados. Nós temos 459 municípios em extrema pobreza. E agora, abre-se o saco de perversidade, em nome de que a União não tem dinheiro para botar na conta daquele que mais tem dificuldade de recolher, o pobre, semianalfabeto, assalariado (IDEM).

Nas próximas duas publicações do veículo “As contas falsas da Reforma da Previdência”, de treze de setembro, e “Pesquisadores descobrem trapaça do governo em cálculos da reforma da Previdência”, de dezessete de setembro, o conteúdo é voltado para uma acusação ao Governo, de utilizar cálculos falsos para embasar a nova reforma.

A primeira publicação sobre a falsificação dos dados foi uma matéria do professor da Unicamp e colunista do jornal, Pedro Paulo Zahluth Bastos, que, juntamente à sua equipe de pesquisa na Cecon-Unicamp, alegam que o exemplo dado pelo governo não era calculado em cima de uma aposentadoria aos 60 anos com 35 anos de contribuição, mas sim em uma aposentadoria apenas por idade (BASTOS, Carta Capital, 2019). Dessa forma, o autor explica que o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) funciona da seguinte forma

Os aposentados por idade em geral recebem mais do que contribuem, ao contrário dos aposentados por tempo de contribuição. O sistema é de repartição e solidariedade não apenas geracional, mas social: as aposentadorias com grande tempo de contribuição, maior valor e menor idade financiam a aposentadoria de menor valor dos trabalhadores que se aposentam mais velhos e com pouco tempo de contribuição. (Idem)

Outro ponto importante da publicação é o foco no aumento da desigualdade social gerada pela nova proposta

O trabalhador mais pobre pós-reforma continuará recebendo salário mínimo, mas precisará contribuir cinco anos a mais, ou 33% a mais. Para salários superiores ao piso, o desconto do salário para a aposentadoria com a reforma, será, na condição mínima de 15 a 20 anos de contribuição, de 40%. Hoje é de apenas 15% para 15 anos de contribuição e de apenas 10% para 20 anos de contribuição. Ou seja, o subsídio para os pobres pós-reforma será muito menor, e não maior como alegam os cálculos do governo. É exatamente este corte no valor da aposentadoria que jogará milhões de famílias na pobreza.” (Idem).

Já na segunda publicação, Carlos Drummond, editor de Economia da edição impressa de Carta Capital, reitera os pontos levantados pela coluna de Bastos, citando a pesquisa divulgada pelo grupo de pesquisa Cecon-Unicamp e utilizando de falas do colunista. Além disso, o jornalista faz duras críticas aos economistas Paulo Tafner e Pedro Nery, autores de um livro sobre a Previdência, por conta das omissões na receita das contribuições e realização de cálculos falsos (DRUMMOND, Carta Capital, 2019).

Ainda em sua notícia, Drummond utiliza de dois infográficos para exemplificar os erros de cálculo e exemplificar todos os erros encontrados nos cálculos para a defesa dessa nova política:

Figura 1 - Infográfico sobre as falácias da Reforma da Previdência



Fonte: Carta Capital, 2019.

Figura 2 - Segundo Infográfico sobre as falácias da Reforma da Previdência



Fonte: Carta Capital, 2019.

Por fim, Drummond termina sua matéria alertando aos parlamentares responsáveis pela aprovação ou rejeição da proposta oficial e todos aqueles a serem afetados pela reforma, a prestarem atenção no que Bastos diz a respeito da aposentadoria por tempo de contribuição, pois ao acabarem com essa modalidade, as pessoas de maior renda irão investir seu dinheiro na previdência privada (DRUMMOND, Carta Capital, 2019), privilegiando a um seleto grupo de bancários.

Após essas duas matérias, a Carta Capital publicou uma nota oficial do Governo em resposta à reportagem de Carlos Drummond, no dia dezenove de setembro. Nela, o governo cita que o texto da reportagem “é fundamentado em estudos de Pedro Paulo Zahluth Bastos, Ricardo Knudsen, André Luiz Passos Santos e Henrique Sá Earp, que contém erros graves e omitem informações essenciais à compreensão do tema” (CARTA CAPITAL, 2019). Além disso, são elencados 16 pontos de esclarecimento em relação à reportagem de Drummond, com apresentação

de argumentos e disponibilização de dados por meio do site de transparência da nova previdência. Por fim, a nota oficial termina com uma crítica ao jornal

A transparência e a discussão com a sociedade são fundamentais em um tema tão complexo e que interessa diretamente a todos os brasileiros. Nunca nos furtamos ao debate nem a críticas, mas não admitimos distorções mentirosas como as publicadas na tendenciosa reportagem e nos referidos estudos, sobretudo sem pedido de comentário do governo, como ditam as boas práticas do jornalismo. (Idem)

Ainda na reportagem não há comentários adicionais do veículo, apenas assinam a notícia com “Carta Capital. Há 27 anos, a principal referência em jornalismo progressista no Brasil”.

Após a publicação da nota, o próximo material sobre o tema foi a coluna “Fábulas de uma Reforma da Previdência que vai aumentar a pobreza”, novamente de Pedro Paulo Zahluth Bastos, no dia vinte e dois de outubro. Nessa coluna, o autor reafirma que foram omitidos e falsificados dados por parte do Governo Federal, e que em qualquer caso de aposentadoria, o tempo de contribuição é bem maior do que o requerido para a aposentadoria por idade, além de ser desvantajoso antecipar a aposentadoria, pois dessa forma há o desconto através do Fundo Previdenciário, Bastos também afirma que

O fim da Aposentadoria por Tempo de Contribuição com a Nova Previdência apenas adia uma conta maior. Quem se aposenta por tempo de contribuição hoje poderá se aposentar com a idade mínima, mas o custo fiscal é maior por causa do fim do Fator Previdenciário. Para compensar o prejuízo fiscal, a reforma propõe aumentar o desconto do salário para a aposentadoria (tecnicamente, diminuir a Taxa de Reposição do salário para a aposentadoria). No entanto, o faz protegendo os mais ricos e punindo os mais pobres. Isto não é dito pelos defensores da reforma. (BASTOS, Carta Capital, 2019)

Além de reforçar esses pontos já trazidos em sua primeira coluna aqui analisada, Bastos critica os economistas Paulo Tafner e Pedro Nery, os chamando de fabulistas e desmentindo suas afirmações em um artigo. Um dos exemplos é a crítica à afirmação “a empregada doméstica, o pedreiro ou o gari se aposentam 10 anos depois do patrão: possuem idade mínima de 65 anos, enquanto a média da aposentadoria por tempo de contribuição é de 55.” (BASTOS, Carta Capital, 2019). Bastos explica que uma empregada doméstica podia se aposentar com 60 anos e 15 anos de contribuição, e hoje a idade mínima é de 62 anos, com apenas 60% do valor total; um gari antes poderia obter aposentadoria especial a partir da comprovação da exposição a agentes nocivos biológicos, de forma habitual e permanente, por 25 anos, sem requisito de idade mínima, e na nova proposta isso somente poderia ocorrer aos 60 anos, algo que foi retirado da PEC ainda em sua aprovação; o terceiro argumento

é de que o trabalhador atualmente não se aposenta apenas por idade, pois mais de 1/5 das aposentadorias por tempo de contribuição paga um salário mínimo, ou seja, uma mulher que tenha começado a trabalhar com 14 anos, contribuindo sobre um salário mínimo por 30 anos, poderia se aposentar aos 44 anos sem perdas, e atualmente, a aposentadoria somente pode ocorrer aos 62 anos de idade.

Por fim, Bastos também critica a falta de coesão e coerência entre os autores, já que eles utilizam de argumentos que se contradizem ao defender à nova previdência, como no caso

simplesmente reclamam da aplicação da técnica atuarial consagrada internacionalmente (que citam favoravelmente no livro) quando ela mostra que as aposentadorias por tempo de contribuição envolvem contribuições que excedem os benefícios dos aposentados (Idem)

Na próxima notícia “Senado encerra 2º turno e reforma da Previdência vai a promulgação” de 23 de outubro, o foco da matéria é em informar que a nova PEC já está apta para entrar em vigor e que a aposentadoria especial para trabalhadores em atividades perigosas, sem restrição de idade, foi aprovada.

Também são expostos comentários e discursos de senadores a respeito da reforma, como de Simone Tebet (MDB-MS), que disse “Não é algo que deva ser aplaudido, mas reconhecido como necessário” (OHANA, Carta Capital, 2019); Eduardo Braga (MDB-AM) afirma que “A reforma da Previdência não é a reforma de bondades para o trabalhador, seja do regime geral, seja do regime próprio.” para falar que os que ganham mais se sacrifiquem mais para que os que ganham menos possam fazer menos sacrifícios; também temos Humberto Costa (PT-PE) que diz “O trabalho, já precário pela reforma trabalhista, não vai permitir que as pessoas estejam formalizadas para contribuir com a Previdência. Na verdade, as pessoas vão trabalhar mais, sob o regime da uberização.” Esses comentários evidenciam o caráter dúbio dessa reforma, que não pode ser visto como algo positivo.

Há ainda na notícia uma citação a uma publicação do presidente Jair Bolsonaro em seu Twitter, “Nova previdência aprovada em segundo turno no senado. Restam 4 destaques a serem analisados. Parabéns povo brasileiro! Essa vitória, que abre o caminho para nosso país decolar de vez, é de todos vocês! O Brasil é nosso! Grande Dia”, mostrando o posicionamento do presidente de forma a favor da nova previdência, sendo essa a forma de fazer o país melhorar.

A última notícia, “Congresso promulga reforma da Previdência e mudanças entram em vigor”, de doze de novembro, têm como ponto principal a promulgação da nova previdência pelo Congresso Nacional.

Nessa notícia, também são dados os discursos dos parlamentares para exaltar as alterações da Constituição: Samuel Moreira afirmou que a reforma corrigiu injustiças e ajudará aos mais pobres, já Tasso Jereissati, destacou que a reforma foi um passo fundamental para que o nosso país possa deslanchar, a também afirmou que essa é uma forma de reduzir as desigualdades no país (OHANA, Carta Capital, 2019). Após isso, a matéria cita as alterações realizadas pela nova PEC.

Para finalizar a análise das publicações da Carta Capital, foram separadas as palavras mais utilizadas em seis das publicações, sendo a nota oficial do Governo Federal retirada da contagem, por não se tratar de um material produzido pelo veículo.

Tabela 1- As Palavras mais utilizadas pela Carta Capital em matérias sobre a Reforma da Previdência (Quantidade: 6)

Palavras	Ocorrências
aposentadoria	110
contribuição	85
previdência	74
tempo	70
reforma	69
anos	60
idade	50
trabalhadores	29
mínima	27
pobres	25
governo	21
valor	20
nova	18
mínimo	14
benefícios	12
aposentam	12
social	12
milhões	12
desconto	11
benefício	11
pobreza	11
regime	10
proposta	9
economia	9
oficiais	6
desigualdade	6

Fonte: Produção Autoral de Gabriel Neves Castro (2022)

Observamos na tabela 1 a grande utilização das palavras “aposentadoria”, “previdência” e “reforma” com cento e dez, setenta e quatro e sessenta e nove aparições, respectivamente, por serem os termos centrais das notícias. Também há uma relevante aparição de palavras como “contribuição”, “tempo”, “anos”, “idade”, “mínima”, com oitenta e cinco, oitenta, sessenta, cinquenta e vinte e sete utilizações, respectivamente, mostrando o foco que o jornal teve em informar os leitores sobre os tópicos que foram alterados na nova previdência; também podemos notar uma aparição das palavras “pobres”, pobreza” e “desigualdade”, com 25, 11 e 6 citações respectivamente, utilizadas nas citações às desigualdades no sistema previdenciário por parte dos mais pobres, tanto de forma negativa, muitas vezes feita pelos próprios colunistas do jornal, quanto de forma positiva, por parte dos aprovadores da emenda.

4.6. EXAME

O Exame foi o segundo veículo de mídia escolhido por ter um viés mais ligado à economia e finanças, se definindo como um portal de “notícias do Brasil e do Mundo. Economia, Política, Finanças e mais. Entrevistas, Análises e Opinião de quem entende do Assunto! “(EXAME, 2022).

Foram encontrados doze materiais para análise, dentre eles, sete notícias realizadas por outras agências ou plataformas e postadas no Exame, e os outros cinco materiais foram criados pelo próprio veículo, duas matérias para sua revista quinzenal e três notícias para o seu portal.

A primeira notícia encontrada no período foi “Como ficam as regras de aposentadoria após a aprovação da Previdência “, de oito de agosto, o principal foco da matéria foi comunicar a aprovação na câmara dos deputados e explicar todas as alterações que a nova previdência iria realizar, com 19 tópicos, dentre eles, o tempo de contribuição mínima, valor das alíquotas, regras de transição, pensão pós-morte etc.

A segunda matéria encontrada foi “Por 17 votos a 9, a CCJ aprova reforma da Previdência; texto vai a plenário”, de primeiro de outubro, sobre a aprovação da nova versão da reforma por parte da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Há o destaque, além da aprovação, na citação ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, que deu seus parabéns aos senadores após a votação, e também é citado que essa

medida poupará aproximadamente R\$870 bilhões em dez anos para os cofres públicos (EXAME, 2019).

Já na terceira notícia “Reforma da Previdência já perdeu um terço do impacto previsto inicialmente”, de dois de outubro de 2019, nela, o foco é demonstrar que por conta das alterações realizadas pela Câmara e pelo Senado no texto da reforma, a economia prevista diminuiu de R\$ 1.236,5 bilhões para R\$ 800,3 bilhões, sendo esse fato chamado de “prejuízo” na matéria (Exame, 2019).

A próxima notícia “Por que a economia avança tão devagar?”, do dia dez de outubro, é da própria revista Exame, tendo como ponto central a recuperação da economia brasileira e como isso será feito. Já no lead da notícia é respondida à questão: “A transformação do Brasil rumo a uma economia liberal começou; e o exemplo de outros países indica o que não pode faltar daqui para a frente: perseverança” (COHEN, STEFANO, E JANKAVSKI, Exame, 2019).

Durante toda a matéria há uma grande exaltação do sistema liberal:

Os países que mais crescem são os que educam melhor, investem em pesquisa e desenvolvimento, buscam inovação. A riqueza vem de produzir mais utilizando os mesmos recursos. E quem faz isso melhor é o setor privado. Até porque o empresário que não se torna mais produtivo perece, substituído por algum concorrente. O papel do governo, nessa lógica, é abrir caminho para o bom funcionamento da economia (Idem).

Ao longo de todo o conteúdo, são dados diversos exemplos de outros países que passaram por essas transformações econômicas, incluindo reformas em seus sistemas previdenciários, como a Polônia, a Nova Zelândia e a Austrália, são também dito que é nesse molde que a nova previdência brasileira se baseia.

Já na notícia “A solução fica para depois”, também de dez de outubro e publicada na revista Exame, Natália Flach faz uma análise sobre o mercado da previdência privada no Brasil, que deveria sofrer um aumento no número de pessoas investindo nele, principalmente com a aprovação da nova previdência, porém isso não ocorreu. A autora atribui esse fator à menor taxa básica de juros no Brasil, já que anteriormente

o trabalhador precisava colocar o equivalente a 5% do salário em previdência privada ao longo de 40 anos para manter dois terços da renda por 30 anos de aposentadoria. No entanto, com os juros reais hoje na casa dos 3%, é necessário destinar 15% da renda mensal para obter o mesmo resultado. (FLACH, Exame, 2019)

Ainda na matéria, Flach também atribui a falta de investimento no mercado privado à crise econômica vivida no Brasil. Ela também informa que com a nova previdência, aumenta a responsabilidade individual em garantir uma vida confortável na aposentadoria. Para isso é necessário que todos os trabalhadores tenham renda

suficiente para realizar suas aplicações, pagar impostos e guardar dinheiro, algo que não ocorre.

A próxima notícia “Guedes esperou décadas para mudar o Brasil e não desistirá agora”, de vinte e seis de outubro, fala sobre as mudanças que Paulo Guedes quer implementar na economia brasileira e de sua relação com o presidente Bolsonaro. O ponto de destaque fica para a declaração feita pelos membros da equipe econômica do governo, que afirmou

Guedes se acostumou com o estilo do presidente e quer permanecer no cargo para deixar o legado de uma política que ele defende desde os anos 80. Para além da reforma da Previdência, isso inclui um amplo programa de privatizações e a contenção da bola de neve do endividamento público. (BECK, Exame, 2019)

Isso evidencia ainda mais a política neoliberal que o governo planeja implantar, além da própria previdência.

Na matéria “Reforma da aposentadoria eleva contribuições para a previdência privada”, de vinte e oito de outubro, o portal volta a falar sobre o investimento no setor privado da previdência. Dessa vez, é informado que houve um aumento de 23,4% no valor de contribuições e 2,2% de aumento na quantidade de clientes do setor, entre os meses de agosto de 2018 e 2019 (EXAME, 2019). É colhida a entrevista com o presidente da Vida (FenaPrevi), que representa 67 seguradoras e entidades abertas de previdência complementar, na qual ele afirma que com a aprovação das alterações na constituição, houve o estímulo ao brasileiro em pensar no seu futuro e na sua aposentadoria.

A próxima notícia “Senado aprova PEC paralela da Previdência em 1º turno por 56 votos a 11”, de seis de novembro, comunica sobre a aprovação da PEC que permite a inclusão de Estados, Distrito Federal e municípios na reforma da previdência, além de também informar sobre as emendas propostas pelos partidos políticos no texto (EXAME, 2019)

Também foi informada sobre a aprovação no Senado da previdência dos militares, no dia quatro de dezembro. A notícia “Senado aprova reforma da Previdência dos militares e projeto vai à sanção”, trata dos principais pontos de alteração da previdência e explica

O projeto dos militares prevê mudanças mais suaves para os integrantes das Forças Armadas em relação aos civis. Não haverá idade mínima de aposentadoria, por exemplo, e a regra de transição será mais vantajosa. As novas regras valerão também para policiais militares e bombeiros estaduais. (EXAME, 2019)

Já na matéria “Sem citar Trump, Bolsonaro diz que tarifas afetam competitividade”, de cinco de dezembro, o foco principal da notícia é na questão de o presidente afirmar que as taxas de produtos importados deveria ser menos, para melhorar a competitividade do mercado interno na Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul (EXAME, 2019). Apesar do foco, a reforma da previdência também aparece em seu discurso, à medida que Bolsonaro elogia a aprovação da nova PEC e diz que o Brasil está “dedicado a uma nova rodada de reformas para aprofundar a modernização do Estado brasileiro” (Idem).

No dia dez de dezembro, o veículo voltou a falar dos valores que o governo deixaria de gastar com a nova reforma da previdência, com a matéria “Governo revisa para R\$855,7 bilhões economia com reforma da Previdência”. Com a foto de Paulo Guedes estampando a notícia, é dito que a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia estima que R\$855,7 bilhões serão economizados em dez anos e também é explicado como essa projeção é feita (EXAME, 2019), de forma a evidenciar o quanto o Brasil está poupando.

Por fim, a última notícia da Exame foi a “Guedes faz balanço de 2019: Congresso reformista e Bolsonaro de escudo”, de dezoito de dezembro. Nela, Paulo Guedes fala sobre o ano de 2019, e cita a reforma da previdência com o estopim para uma melhora econômica no país, pois o antigo sistema era uma “fábrica de privilégios insustentáveis” e que ao longo prazo, as novas medidas abaixariam os juros de dívida pública, além de reiterar, que seriam poupados mais de R\$800 bilhões ao longo de dez anos.

Após separar os conteúdos mais relevantes que apareceram no Exame sobre a reforma da previdência no período de agosto até dezembro de 2019, é observado a presença recorrente de Paulo Guedes como figura principal na defesa e aprovação das novas medidas. Também foi realizado um levantamento das palavras que mais se repetem em todo o conteúdo para uma melhor compreensão das mensagens passadas.

Tabela 2- As Palavras mais utilizadas pelo Exame em matérias sobre a Reforma da Previdência (Quantidade: 12)

Palavras	Ocorrências
aposentadoria	110
contribuição	85
previdência	74
tempo	70
reforma	69
anos	60
idade	50
trabalhadores	29
mínima	27
pobres	25
governo	21
valor	20
nova	18
mínimo	14
benefícios	12
aposentam	12
social	12
milhões	12
desconto	11
benefício	11
pobreza	11
regime	10
proposta	9
economia	9
oficiais	6
desigualdade	6

Fonte: Produção Autoral de Gabriel Neves Castro (2022)

Podemos observar que as palavras centrais sobre o tema como “previdência”, “reforma”, “reformas” e “aposentadoria”, aparecem cinquenta e três, quarenta e dois, quinze e dezessete vezes, respectivamente.

Palavras que envolvem figuras políticas ou órgãos responsáveis por todo o processo de aprovação e defesa do modelo também aparecem de forma considerável, “Guedes” e “governo” são citadas vinte e nove vezes; “ministro” e “Senado”, dezenove; e “presidente” e “Bolsonaro” doze vezes. Dessa forma, criam-se figuras centrais como representações do projeto.

As questões econômicas também são representadas, a palavra “bilhões”, fazendo referência ao valor poupado pela reforma aparece vinte duas vezes;

“economia” aparece trinta e cinco vezes, já “renda” aparece dezessete; “privada”, ao falar sobre o modelo de previdência privada, junto às palavras “benefício” e “juros” aparecem quinze vezes cada; a palavra “fundos” aparece catorze vezes. Isso mostra a abordagem muitas vezes ligada à economia e ao mercado financeiro que essa cobertura jornalística teve, levando em pauta principalmente o fator de gerar um menor gasto ao Brasil.

4.7. Resultados e comparação.

A partir dos resultados coletados, podemos comparar a atuação de ambos os veículos na comunicação da reforma da previdência de 2019, e como isso tenta alterar a opinião pública, fator de importância para as Relações Públicas, já que nós “não somente temos o dever de conformar-nos com a opinião pública, mas também a responsabilidade e a oportunidade de modelá-la e guiá-la” (PERUZZO, 1982, p.24).

Lazarsfeld e Merton (1977, p. 230-239) descrevem que em uma sociedade de massas existe a função do desvendamento público. Isso é, quando a imprensa exhibe certos assuntos diante do público, em busca de alguma ação pública contra o que foi tolerado na esfera pessoal, seja estimulando indivíduos indiferentes, ou alarmando aqueles que seriam afetados pelas ações. O meio mais comum de alcançar esse objetivo é através das campanhas, feitas através da supervalorização dramática e simplificada de algumas questões.

Vemos com a análise das matérias publicadas e com a contagem das palavras, que a questão do desvendamento público se mostrou muito presente em ambas as coberturas jornalísticas. Cada veículo de mídia teve uma abordagem diferente na tentativa de formar a opinião pública a respeito da nova previdência.

A Carta Capital diversas vezes mostra seu posicionamento contra a nova previdência, denuncia erros do governo nas simulações da nova previdência e tenta alertar a população sobre as dificuldades e falta de qualidade de vida que serão evidenciadas com o passar do tempo. Outro fator que chama atenção é a utilização constante de depoimentos de especialistas contrários à mudança ou de figuras políticas, que mesmo votando a favor da previdência, a retratam como algo necessário e não benéfico à sociedade. Destaca-se também a atuação do governo nas comunicações, já que ele libera uma nota oficial com 16 pontos específicos de réplica

às acusações do veículo, uma forma de manter longe qualquer crítica e opinião negativa ao seu projeto de previdência.

Já na Exame não temos um posicionamento tão claro na maioria de seus conteúdos, nas matérias, porém em “Por que está tão devagar?” e “Guedes esperou décadas para mudar o Brasil e não desistirá agora”, observamos um grande flerte com o neoliberalismo, com dicas do que o Brasil deve fazer para ter uma economia boa como outros países já liberais, que as reformas econômicas e sociais são importantes para o futuro e que estamos no caminho certo. Já em “A solução fica para depois” há uma crítica sutil ao novo modelo de previdência, com indagações sobre como o brasileiro irá ter dinheiro para pagar a previdência privada e a pública, se a economia não melhorar.

Ainda nas matérias da Exame, é importante ressaltar que na maioria, a reforma da previdência é citada junto a economia bilionária que ela irá gerar aos cofres públicos em dez anos, sempre de forma positiva, mesmo não informando no que essa economia irá resultar de forma tangível à população. Tudo isso é feito com a figura central de Paulo Guedes, que foi citado 29 vezes ao longo das matérias, como uma autoridade sobre o tema, já que o Ministro trabalha sempre com argumentos positivos sobre ela e reforça que é a primeira de muitas que virão.

Ao analisar as duas tabelas de palavras observamos também o caráter social da Carta Capital, em paralelo com um caráter econômico da Exame. A primeira aborda mais temas como desigualdade, pobreza, os benefícios, a diferença de tempo de contribuição para cada trabalhador; enquanto a segunda fala sobre economia aos cofres públicos, juros, renda e fundos de investimentos. Com isso, vemos que um veículo tenta passar a imagem de maior preocupação com o lado humano de cada trabalhador, enquanto o outro trata o Brasil como uma empresa, com o foco em seu lado financeiro.

Por fim, podemos perceber que ambos os veículos de mídia trabalham de modo a alimentar visões diferentes sobre um mesmo assunto e exibem figuras de autoridade que são divulgadas de acordo com o interesse da mídia, assim eles funcionam “claramente a reiterar normas sociais, ao exibirem à opinião pública os desvios em relação ao padrão geral” (LAZARSELD; MERTON, 1977, p. 240).

5. Considerações Finais

Conforme estudado ao longo deste trabalho, as Relações Públicas são criadas como uma ferramenta para a manutenção do capitalismo e do poder das classes dominantes. Tanto no Brasil quanto no resto do mundo, elas surgem para equilibrar a demanda gerada pela opinião pública e os desejos dos donos das empresas.

Isso se amplia em um sistema Neoliberal, pois o governo não atua apenas como órgão fiscalizador do mercado, mas sim como um Estado Empreendedor, (ANDRADE, 2018), isso é, ele é uma empresa, que atua no mercado, visa a balança monetária positiva acima de tudo. Nesses cenários os cidadãos são parte dessa empresa, não como sócios ou investidores, que colocam seu dinheiro na empresa através de impostos, mas sim como funcionários, que devem entender que os lucros estão acima de qualquer bem-estar.

Vemos também que as Relações Públicas são utilizadas pelas instituições “visando a harmonia social, elas servem-se também dos meios de comunicação de massa para divulgar informações a fim de fazer chegar sua mensagem junto aos públicos e à opinião pública.” (PERUZZO, 1982, p.23), algo que se mantém até hoje. Observa-se essa presença através do estudo de caso, no qual a reforma da previdência, um marco neoliberal brasileiro, que dificulta o acesso à qualidade de vida na velhice ao trabalhador, é retratado tanto de forma benéfica quanto maléfica, dependendo do veículo consumido.

É importante ressaltar que as Relações Públicas se mostram presentes nesses veículos nos posicionamentos dos redatores, na réplica do governo às críticas sofridas pela Carta Capital, na retratação de figuras políticas, como Paulo Guedes, Jair Bolsonaro e Rodrigo Maia como defensores do sistema que irá “acabar” com a desigualdade previdenciária e ainda vai poupar bilhões aos cofres públicos, e na mensagem passada, seja ela a favor de quem seja.

Pensando nisso, vemos que o equilíbrio que as Relações Públicas trazem não podem ser confundidas com neutralidade, pois “na ideologia burguesa os interesses da classe dominante assumem a aparência de interesses de toda a sociedade, dado o imbricamento entre estrutura e superestrutura” (PERUZZO, 1982, p.129). Ou seja, há serviço de uma organização privada ou pública, no neoliberalismo, o lado humano fica de lado, e o que importa é o dinheiro, como os bilhões economizados pelo

governo, a medida que o trabalhador para retirar sua aposentadoria integral precisará contribuir 35 anos, para mulheres, ou 40 anos, para homens.

Por fim, ainda é necessário repensar na atuação das Relações Públicas para uma forma de garantir a classe dominada uma integração à realidade e capacidade de transformá-la, como sugerido por Peruzzo (1982, p.129). Ou seja, a atuação da profissão quando junto a uma instituição só irá perpetuar o desejo do patrão, é somente organizando e articulando a sociedade para os interesses populares, através da comunicação consciente e educacional das classes dominadas, que teremos as Relações Públicas agindo de forma mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, p. 211–239, jan. 2019.

BARBETO, P. **As 5 famílias mais bilionárias do Brasil**. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/as-5-familias-mais-ricas-do-brasil-080015698.html%23:~:text=O%20Brasil%20>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

BASTOS, P. P. Z. As contas falsas sobre a “economia” da Reforma da Previdência. **Carta Capital**, 13 de set. de 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/as-contas-falsas-da-reforma-da-previdencia/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

BASTOS, P. P. Z. Fábulas de uma Reforma da Previdência que vai aumentar a pobreza. **Carta Capital**, 22 de out. de 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/fabulas-de-uma-reforma-da-previdencia-que-vai-aumentar-a-pobreza/>> Acesso em: 27 jun. 2022.

BRAGUETO, C. R. **Desenvolvimento do Capitalismo e industrialização**. Jun, 2008, Mimeo.

BRASIL. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm. Acesso em: 27 jun. 2022.

BREED, Warren. Comunicação de massa e integração sociocultural. In **Comunicação e Industria Cultural**, Cohn, Gabriel (Org). São Paulo: Nacional EDUSP, 1977.

BOCK, E. G. P.; HERNANDES, M. M. A. P. Prefácio da primeira edição. **The Academic Society Journal**, p. 2–2, 1 mar. 2017.

BOITO, A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo 1**, 2012. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

CAIXA. **PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES RECURSOS FDS**. 2018 Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/MANUAL_MCMV_ENTIDADES.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

CARDOSO, M. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Unesp, 2009.

CartaCapital - Jornalismo crítico e transparente. Notícias sobre política, economia e sociedade com olhar progressista. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br>. Acesso em: 28 jun. 2022.

CARVALHO, Elaine. **Hayek e Friedman e as origens do neoliberalismo.** Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2339/1835> . Acesso em: 27 jun. 2022.

CICILIA KROHLING PERUZZO. **Relações públicas no modo de produção capitalista.** [s.l.] São Paulo Summus Ed, 1982.

COHEN, D.; JANKAVSKI, A.; STEFANO, F. Por que a economia avança tão devagar?. **EXAME**, São Paulo, 10 de out. de 2019. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/por-que-esta-tao-devagar/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

Como ficam as regras de aposentadoria após a aprovação da Previdência. **EXAME**, São Paulo, 08 de ago. de 2019. Disponível em: <https://exame.com/economia/como-ficam-as-regras-de-aposentadoria-apos-a-aprovacao-da-previdencia/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

COMPARATO, F. K. Capitalismo: civilização e poder. **Estudos Avançados**, v. 25, p. 251–276, 1 ago. 2011.

DRUMMOND, C. Pesquisadores descobrem trapaça do governo em cálculos da reforma da Previdência. **Carta Capital**, 17 de set. de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/pesquisadores-descobrem-trapaca-do-governo-em-calculos-da-reforma-da-previdencia/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

ELLEN MEIKSINS WOOD. **A origem do capitalismo.** Rio De Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Exame | Notícias, Negócios, Economia, Carreira e mais. Disponível em: <https://exame.com>. Acesso em: 28 jun. 2022.

FLACH, N. A solução fica para depois. **EXAME**, São Paulo, 10 de out. de 2019. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/a-solucao-fica-para-depois/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico.** En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9 Disponível em:

<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

Governo diz que reforma da Previdência não aumenta desigualdade. Carta **Capital**, 23 de out. de 2019. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/economia/governo-diz-que-reforma-da-previdencia-nao-aumenta-desigualdade/>>. Acesso em: 28 jun. 2022.

Governo revisa para R\$ 855,7 bilhões economia com reforma da Previdência. **EXAME**, São Paulo, 10 de dez. de 2019. Disponível em:

<<https://exame.com/economia/governo-revisa-para-r-8557-bilhoes-economia-com-reforma-da-previdencia/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

Guedes esperou décadas para mudar o Brasil e não desistirá agora. **EXAME**, São Paulo, 26 de out. de 2019. Disponível em: <<https://exame.com/economia/guedes-esperou-decadas-para-mudar-o-brasil-e-nao-desistira-agora/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

Guedes faz balanço de 2019: Congresso reformista e Bolsonaro de escudo. **EXAME**, São Paulo, 18 de dez. de 2019. Disponível em: <<https://exame.com/economia/guedes-faz-balanco-de-2019-congresso-reformista-e-bolsonaro-de-escudo/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

HABERMAS, Jürgen. Comunicação, opinião pública e poder. In: **Comunicação e Indústria Cultural**, Cohn, Gabriel (Org). São Paulo: Nacional EDUSP, 1977.

KUNSCH, M. M. K. **RELAÇÕES PÚBLICAS**. [s.l.] Saraiva Educação S.A., 2017.

LAZARSFELD, P. ; MERTON, R. Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada. In: **Comunicação e Indústria Cultural**, Cohn, Gabriel (Org). São Paulo: Nacional EDUSP, 1977.

MARIANI, É. J.;. A trajetória de implantação do Neoliberalismo. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://www.urutaqua.uem.br/013/13mariani.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

MARTINS, S. A. Mídia e opinião pública: estudo de caso sobre o mensalão nas ópticas dos jornais folha de São Paulo e o estado de São Paulo. **Universitas: Arquitetura e Comunicação Social**, v. 11, n. 2, 3 dez. 2014.

MARX, K. **Economic and philosophic manuscripts of 1844**. [s.l: s.n.].

MARTENDAL, L. **Privatizações de Bolsonaro: o que ficou na promessa e o que saiu do papel?** Disponível em:

<<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/04/01/privatizacoes-de-bolsonaro-o-que-ficou-na-promessa-e-o-que-virou-privado.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

MENDONÇA, I. P.; SANTOS, V. C. FUNDAMENTOS E HISTÓRIA: O SURGIMENTO DO SISTEMA CAPITALISTA E A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL. **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**, v. 16, n. 1, 23 dez. 2019.

MORAIS, Ricardo Manoel Oliveira; SILVA, Adriana Campos. O liberalismo econômico e as práticas de segurança: o “avesso” das democracias liberais. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, PR, Brasil, v. 62, n. 3, p. 221-242, set./dez. 2017. ISSN 2236-7284. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/53720/34355>>. Acesso em: 27 jun. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v62i3.53720>.

MOUNTIAN, André Gal. O Liberalismo Econômico e a Pobreza: raízes teóricas, estratégias de redução e limitações. In: **Encontro Nacional de Economia Política**, 23, 2018, Niterói. Anais. São Paulo, 2018.

NASCIMENTO, A. F. DO. Liberalismo em retrospectiva: o olhar sobre uma ideologia na relação com o Brasil recente. **Ziz - Revista Discente de Ciência Política**, v. 1, n. 1, p. 117-144, 2 fev. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/ziz/article/view/51856/31051>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

OHANA, V. Senado encerra 2º turno e reforma da Previdência vai a promulgação. **Carta Capital**, 23 de out. de 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/senado-encerra-2o-turno-e-reforma-da-previdencia-vai-a-promulgacao/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

OHANA, V. Texto-base da reforma da Previdência é aprovado na CCJ do Senado. **Carta Capital**, 04 de set. de 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/texto-base-da-reforma-da-previdencia-e-aprovado-na-ccj-do-senado/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

PINHO, J. **Origens e Contextos da área O contexto histórico do nascimento das Relações Públicas**. In: MOURA, Cláudia Peixoto de (Org). **História das Relações Públicas**: fragmentos de uma área. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p.21-42.

Por 17 votos a 9, CCJ aprova reforma da Previdência; texto vai a plenário. **EXAME**, São Paulo, 01 de out. de 2019. Disponível em: <<https://exame.com/economia/por-17-votos-a-9-ccj-aprova-reforma-da-previdencia-texto-vai-a-plenario/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

Reforma da aposentadoria eleva contribuições para a previdência privada. **EXAME**, São Paulo, 28 de out. de 2019. Disponível em: <<https://exame.com/invest/minhas->

[financas/reforma-da-aposentadoria-eleva-contribuicoes-para-a-previdencia-privada/>.](#)
Acesso em: 27 jun. 2022.

Reforma da Previdência já perdeu um terço do impacto previsto inicialmente. **EXAME**, São Paulo, 02 de out. de 2019. Disponível em: <<https://exame.com/economia/reforma-da-previdencia-ja-perdeu-um-terco-do-impacto-previsto-inicialmente/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

RIBEIRO, A. DE F. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, v. 19, n. 35, p. 65–79, 31 dez. 2015. <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/26678/pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

Senado aprova PEC paralela da Previdência em 1º turno por 56 votos a 11. **EXAME**, São Paulo, 06 de nov. de 2019. Disponível em: <<https://exame.com/economia/senado-aprova-pec-paralela-em-1o-turno-por-56-votos-a-11/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

Senado aprova reforma da Previdência dos militares e projeto vai à sanção. **EXAME**, São Paulo, 04 de dez. de 2019. Disponível em: <<https://exame.com/economia/senado-aprova-reforma-da-previdencia-dos-militares-e-projeto-vai-a-sancao/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

Sem citar Trump, Bolsonaro diz que tarifas afetam competitividade. **EXAME**, São Paulo, 05 de dez. de 2019. Disponível em: <<https://exame.com/economia/sem-citar-trump-bolsonaro-diz-que-tarifas-afetam-competitividade/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

SILVA, M. G.; RODRIGUES, T. C. M. O Populismo de Direita no Brasil: Neoliberalismo e Autoritarismo no Governo Bolsonaro. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 26, n. 1, p. 86, 25 abr. 2021.

SILVA, W. N. **ESTADOS UNIDOS (1865-1917): DE NAÇÃO DIVIDIDA A POTÊNCIA IMPERIAL CONTINENTAL**. 2014. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_pdf_1.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

Souza, M. B., & Hoff, T. S. R. (2019). Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, e20180023. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180023>

STEFFEN, A. M. W. R. Teoria e Prática – uma relação dissonante em Relações Públicas no Brasil no Século XX. In: MOURA, Cláudia Peixoto de (Org). **História das Relações Públicas**: fragmentos de uma área. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p.89-102.

VIANA, N. O significado político da Comuna de Paris. **EM DEBATE**, n. 6, p. 60–82, 14 set. 2011. Disponível em:
<<http://stat.saudeetransformacao.incubadora.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/877>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi, 2.ed. Porto Alegre: Bookm